



**DOCUMENTOS
PREVISIONAIS**

MUNICÍPIO DE ESPINHO | 2016

ÍNDICE

Introdução	1
Autorizações necessárias à execução dos Documentos Previsionais 2016	4
Apresentação dos Documentos Previsionais.....	7
Mapas dos Documentos Previsionais	17
Grandes Opções do Plano - GOP's 2016	19
Plano Plurianual de Investimentos - PPI 2016	23
Plano de Atividades - PA 2016.....	29
Orçamento 2016	35
Orçamento Receita	37
Orçamento Despesa	45
Anexos aos Documentos Previsionais 2016	55
Resumo das Receitas e das Despesas 2016.....	57
Resumo das Despesas segundo a Classificação Orgânico-Económica 2016....	59
Empréstimos - Previsão do Serviço da Dívida para 2016	60
Água, Saneamento e Resíduos Sólidos Urbanos - Demonstração de Resultados Previsional.....	61
Imposto Municipal sobre Imóveis - Estudo Previsional para 2016	62
Delegação de Competências nas freguesias.....	63

~~in~~ in. 1/1
+ hi

INTRODUÇÃO

O Município de Espinho apresenta-se para a elaboração dos documentos previsionais do ano 2016 numa melhor situação financeira face ao ano anterior. Fruto de uma gestão eficiente e responsável, os sucessivos orçamentos nos últimos anos têm permitido a redução da dívida de curto e longo prazo.

A atualidade política nacional decorrente das eleições legislativas do dia 4 do corrente mês, trazem ao presente orçamento municipal algumas indefinições suscitadas pela ausência de Orçamento de Estado. Concretizando, refere-se a estimativa das receitas provenientes do Estado Central, e também, a variação das despesas com pessoal, motivado por possíveis mudanças de políticas.

Realçando o fim do ciclo da execução do quadro comunitário de apoio anterior (QREN) em 2015, concretiza-se o início da execução do novo quadro de apoio (Portugal 2020), com a inclusão em sede de Plano de Plurianual de Investimento (PPI) e em Plano de Atividades (PA) de diversos projetos com relevância estratégica. Destaca-se como exemplo a requalificação da área à superfície liberta pelo enterramento da linha férrea.

O Município introduz ainda neste orçamento o impacto na receita tarifária (Água, Saneamento e Resíduos Sólidos) relativa à aprovação da tarifa social e a tarifa para famílias numerosas, que val assim beneficiar os cidadãos e famílias mais carenciadas.

Concretiza-se igualmente um aumento significativo das verbas destinadas ao estabelecimento de contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia.

Assim, este é um documento exigente mas igualmente ambicioso nos seus objetivos, pois inscreve projetos relevantes para o desenvolvimento económico e social do nosso concelho.

Joaquim José Pinto Moreira

Presidente da Câmara Municipal de Espinho

AUTORIZAÇÕES NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2016

O Município de Espinho delibera solicitar à Exma. Assembleia Municipal, as seguintes autorizações necessárias à execução dos documentos previsionais para 2016:

- a) Autorização para contração de empréstimos, a curto prazo, nos termos do n.º 2 do artigo 50º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com a alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- b) Autorização para a Câmara concessionar, por Concurso Público, a exploração de obras e serviços públicos nos termos do Capítulo II do Título II da Parte III do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, atualizado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro e da alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nas seguintes condições gerais: i) fica salvaguardado o direito da Assembleia Municipal fiscalizar a concessão que venha a ser outorgada, ii) carece de consentimento prévio da Assembleia Municipal a transmissão total ou parcial da concessão;
- c) Autorização para que a Câmara delibere a abertura de procedimentos e assuma compromissos de que resultem encargos financeiros repartidos, por vários anos económicos, em conformidade com as Opções do Plano;
- d) Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal nos termos do disposto do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, sempre que se mostrem respeitadas as regras e procedimentos previstos na mencionada e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas, com a faculdade da Câmara Municipal delegar no Presidente da Câmara a assunção de compromissos plurianuais, relativos a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo, desde que previamente dotada a rubrica da despesa do orçamento, até ao montante permitido por Lei, no âmbito do Regime da Contratação Pública. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal será presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da presente autorização prévia genérica;

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- e) Autorização prévia genérica favorável à assunção de novas despesas de carácter anual ou plurianual de montante superior a 100.000 euros pela Câmara Municipal nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, sempre que se sejam cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas, com a faculdade da Câmara Municipal delegar no Presidente da Câmara até ao montante permitido por Lei, no âmbito do Regime da Contratação Pública. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal será presente uma informação da qual constem as novas despesas superiores a 100.000 euros, ao abrigo da presente autorização prévia genérica;
- f) Autorização para a celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, nos termos definidos na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

~~DR~~ Dr. W
Eli
* Eli

QUADRO GERAL

O Orçamento Municipal de Espinho para o ano de 2016 é de 32.172.200 euros, distribuídos numa previsão de receitas correntes a arrecadar de 23.866.000 euros e numa expectativa de realização de receitas de capital de 8.306.200 euros. No que respeita à despesa, a expectativa de concretização de despesas correntes é de 22.476.000 euros e a proposta de realização de despesas de capital é de 9.696.200 euros. Nestes montantes não se encontra incluído o saldo de gerência do ano de 2015.

Esta estimativa é apresentada no quadro seguinte:

Descrição	Receita	Despesa	Δ
Corrente	23.866.000	22.476.000	1.390.000
Capital	8.306.200	9.696.200	-1.390.000
TOTAL	32.172.200	32.172.200	<i>Un: Euros</i>

Desta forma, a Autarquia cumpre a regra de ouro do equilíbrio financeiro, isto é, a previsão das receitas correntes a arrecadar é suficiente para fazer face às despesas correntes estimadas, libertando um saldo corrente de 1.390.000 euros para a concretização de despesas de capital.

Importa referir que esta proposta de Orçamento para o ano 2016 respeita o cumprimento do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013 que determina que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

RECEITA PREVISIONAL

1. Critérios de Avaliação da receita

A receita municipal prevista para o ano de 2016 ultrapassa os 32 milhões de euros.

No cálculo das Receitas Correntes, foram consideradas:

- a) Receitas calculadas de acordo com a média dos últimos 24 meses, de acordo com a alínea a) do Ponto 3.3.1 do POCAL, alterado pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002;
- b) Receita do Imposto Municipal sobre os Imóveis calculada tendo por base a reavaliação de imóveis imposta pelo Orçamento de Estado de 2012 e as normas constantes no artigo 15.º-O do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, alterado pela Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro e de acordo com a alínea a) do Ponto 3.3.1 do POCAL, alterado pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002.

c) Transferências correntes:

- Participação do Município nas receitas do Estado relativas ao IRS, IRC e IVA (inclui o FMS consignado ao financiamento de despesas associadas a funções sociais, nomeadamente educação, saúde ou ação social), de acordo com os montantes previstos no Orçamento de Estado para 2015;

- Comparticipação através da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares de despesas com educação, nomeadamente as transferências devidas pelas novas competências do Município no âmbito pessoal não docente dos 1º., 2º. e 3º. Ciclos;

d) Taxas, tarifas e preços (inclui a rubrica relativa à venda de bens e serviços), com atualização dos respetivos valores a cobrar;

e) Atualização do Tarifário da Água, Resíduos Sólidos Urbanos e Saneamento, de acordo com a alínea a) do Ponto 3.3.1 do POCAL, alterado pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002;

f) Aplicação de coimas e promoção dos processos de execução fiscal das dívidas relativas à Habitação Social (440.700,00 euros) e aos Serviços de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos (110.200,00 euros), de acordo com a alínea c) do artigo 6.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, que cria o Programa de Apoio à Economia Local;

g) Patrocínios e receita vinda do Turismo de Portugal para financiar os eventos culturais e turísticos relevantes no Município no valor de 114.000,00 euros.

No cálculo das Receitas de Capital:

h) Venda de bens de investimento relativos a:

- Exploração/Concessão dos parques de estacionamento do Município no montante de 2.679.500 euros. O Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Espinho tem como principais objectivos: assegurar a acessibilidade multimodal entre as diversas dinâmicas urbanas, incluindo estacionamento; equilibrar a utilização do transporte individual; melhorar a atratividade do transporte público; promover a utilização da bicicleta; promover o modo pedonal. Neste contexto, e assente na estratégia do Município, a alteração dos fluxos de pessoas e viaturas, nomeadamente na zona da Alameda 8 e na rua 19, entre o nó da A29/A41 e a Avenida 24, origina a necessidade do aumento da oferta de estacionamento na cidade.

i) Transferências de capital:

- Administrações Públicas:

TURISMO DE PORTUGAL (TP) – Financiamento dos Projetos inseridos no Plano de Obras da Zona de Jogo de Espinho para o ano 2016 (1.959.900,00 euros) e das Receitas Próprias do Jogo (1.500.000,00 euros).

Fundo de Proteção de Recursos Hídricos (FPRH) – Financiamento do Enrocamento da Praia de Paramos – 37.047,00 euros.

- Exterior:

Programa Operacional da Região Norte (ON2 – O Novo Norte) - Financiamento de diversos projetos já aprovados e a inscrição de rubricas para projetos em fase de aprovação, nomeadamente os projetos de construção dos centros escolares, da valorização do litoral e do SAMA – 602.372,36 euros.

Programa Operacional Temático da Valorização do Território (POVT) - Financiamento da Defesa Longitudinal Aderente da Praia de Paramos – 178.140,91 euros.

j) - Passivos financeiros: Empréstimos de curto prazo, no valor de 1.000.000,00€.

2. Receitas Próprias / Receitas "Alhelias"

Observando a receita, em termos da repartição apresentada:

Designação	Valor	%
Receitas Próprias	18.548.300,00 €	57,7%
Impostos Locais	6.657.800,00 €	20,7%
Outras Receitas Próprias Correntes	9.211.000,00 €	28,6%
Venda de Bens de Investimento	2.679.500,00 €	8,3%
Receitas "Alhelias"	13.623.900,00 €	42,3%
Transferências Correntes	7.997.200,00 €	24,9%
Transferências de Capital	4.626.500,00 €	14,4%
Passivos Financeiros	1.000.100,00 €	3,1%
Reposições não abatidas nos pagamentos	100,00 €	0,0%
Total das Receitas	32.172.200,00 €	100,0%

As receitas próprias representam cerca de 57,7% da receita previsional. São constituídas pelo conjunto "Outras Receitas Correntes" – produto das vendas de bens e serviços (28,6%), a "Receita Fiscal" que representa 20,7% do total da receita, e a "Venda de Bens de Investimento" que representa 8,3% da receita previsional.

As transferências inscritas no Orçamento para 2016 ascendem a 12.623.700,00 euros, sendo o montante das correntes, constituída, entre outras, pelos fundos municipais correntes (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Variável no IRS) e por valores que deverão ser transferidos pela Administração Central como contrapartida de despesas com pessoal não docente dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos, e com encargos escolares (alimentação e transportes) entre outros.

As transferências de capital resultam fundamentalmente de financiamentos assegurados, quer através de protocolos celebrados com a Administração Central quer pelas candidaturas no âmbito do QREN – ON2. O Turismo de Portugal é outro dos parceiros chave da Autarquia, com base nos impostos arrecadados pelo Estado na Zona de Jogo de Espinho, e cujas comparticipações são efetuadas através do Plano de Obras e das Receitas Próprias do Jogo.

APLICAÇÃO DE FUNDOS

1. Critérios de avaliação da despesa

Na previsão da despesa para 2016, foram consideradas:

a) Encargos de funcionamento:

- Despesas com pessoal;
- Aquisição de bens e serviços;
- Outras despesas correntes.

b) Serviço da dívida:

- Juros;
- Amortizações.

c) Investimento Global:

- Aquisição de bens de capital (PPI), maioritariamente das quais comparticipadas através de receita consignada oriunda do QREN – ON2 e do Turismo de Portugal;
- Transferências de capital (inclui delegação de competências nas Freguesias).

d) Transferências correntes

2. Encargos de Funcionamento, de Investimento e Serviço da Dívida

Os encargos de funcionamento absorvem 68,1% do total de recursos. A rubrica Despesas com Pessoal tem um peso no total destes encargos de 46,4%. No tocante ao serviço da dívida, no ano 2016 atingirá os 2.699.746,10 euros (inclui os 1.000.000,00 euros previstos no empréstimo de curto prazo) os quais representam 8,4% do total da despesa, atingindo-se um nível que cabe na capacidade legal de endividamento.

Para a vertente "Investimento" são canalizados cerca de 22,7% dos recursos financeiros, percentagem que poderá vir a ser incrementada à medida que forem assegurados os meios destinados a custear os investimentos previstos no Plano Pluriannual de Investimentos cujo financiamento não se encontra, à data, definido. Inclui também os valores previstos para transferências de capital, as quais se destinam a financiar despesas de capital das unidades

recebedoras. As Transferências Correntes incluem diversas contrapartidas, nomeadamente os casos dos apoios educacionais, sociais, culturais e desportivos.

Designação	Valor	%
Encargos de Funcionamento	21.924.580,00 €	68,1%
Pessoal	10.174.890,00 €	31,6%
Aquisição de Bens e Serviços	11.386.760,00 €	35,4%
Outras Despesas Correntes	362.930,00 €	1,1%
Serviço da Dívida	2.699.746,10 €	8,4%
Juros e Outros Encargos	309.800,00 €	1,0%
Passivos Financeiros	2.389.946,10 €	7,4%
Investimento Global	7.306.253,90 €	22,7%
Aquisição de Bens de Capital	4.923.783,90 €	15,3%
Transferências de Capital	2.275.160,00 €	7,1%
Ativos Financeiros	107.310,00 €	0,3%
Restantes Despesas	241.620,00 €	0,8%
Transferências Correntes	241.620,00 €	0,8%
<i>Total das Despesas</i>	32.172.200,00 €	100,0%

FINANCIAMENTO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

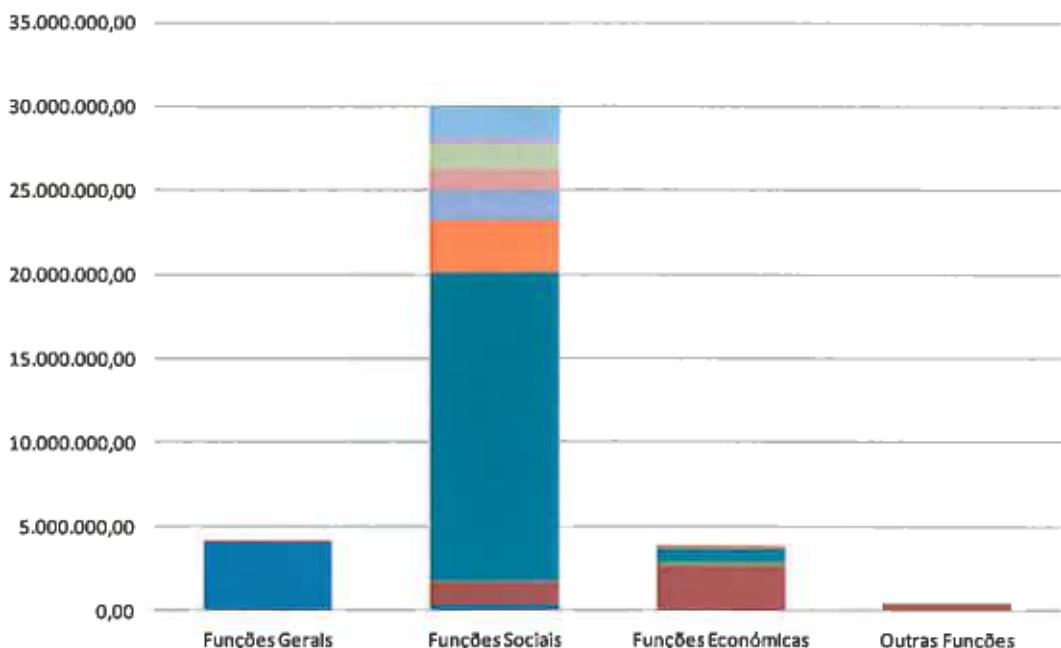
As Grandes Opções do Plano para 2016 (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades mais relevantes da gestão autárquica), com uma dotação global de 38.269.333,90 euros, conjuntamente com as análises anteriores – nomeadamente no que diz respeito à receita – permite traçar a "panorâmica" da estrutura de financiamento global. Foram apresentadas diversas candidaturas com vista a assegurar fontes de financiamento para o montante a definir, que ascende a 19.423.090,00 euros.

De evidenciar as principais funções:

GOP's 2016

		Valores em Euros
1	FUNÇÕES GERAIS	4.102.263,90
1.1.1	ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.052.263,90
1.2.1	PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	50.000,00
2	FUNÇÕES SOCIAIS	29.900.900,00
2.1.1	ENSINO NÃO SUPERIOR	330.070,00
2.1.2	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	1.372.280,00
2.3.2	AÇÃO SOCIAL	74.500,00
2.4.1	HABITAÇÃO	0,00
2.4.2	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	18.319.300,00
2.4.3	SANEAMENTO	3.163.180,00
2.4.4	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1.765.690,00
2.4.5	RESÍDUOS SÓLIDOS	1.339.870,00
2.4.6	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	1.348.620,00
2.5.1	CULTURA	473.470,00
2.5.2	DESPORTO, RECREIO, LAZER	1.713.920,00
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	3.840.070,00
3.1.	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	0,00
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA	2.613.500,00
3.3.1	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	274.870,00
3.4.1	MERCADOS E FEIRAS	13.790,00
3.4.2	TURISMO	778.600,00
3.5.	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	159.310,00
4	OUTRAS FUNÇÕES	426.100,00
4.1.	OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA	0,00
4.2.	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	297.440,00
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	128.660,00
DOTAÇÃO TOTAL (DEFINIDO + A DEFINIR)		38.269.333,90

Grandes Opções do Plano 2015



ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Nestes documentos previsionais está prevista dotação para a realização do Orçamento Participativo. No decorrer do ano de 2016, a verba prevista será distribuída de acordo com a tipologia dos projetos vencedores, apresentados pela população e após análise técnica e votação.

MAPA DE PESSOAL

Nos termos da Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGFP), as entidades públicas, anualmente, reveem o respetivo Mapa de Pessoal, adaptando-o à realidade vigente.

O mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que o seu órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; do cargo ou carreira e categoria que lhes correspondam e dentro de cada carreira e, ou categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular.

Os mapas de pessoal são aprovados, mantidos e alterados pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento e tornados públicos por afixação no órgão ou serviço e inserção em página eletrónica da entidade, assim devendo permanecer.

Verifica-se que o mapa de pessoal proposto para o ano de 2016, em anexo, está adaptado ao Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais.

Assim, e conforme o disposto, nos artigos 3º e 5º do Decreto - Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, o qual procedeu à adaptação à realidade autárquica da LGFP, o Mapa de Pessoal é aprovado em sede de reunião de Câmara e submetido à Assembleia Municipal.

~~✓~~ Enviado
A. P.
L.



ESPINHO
CÂMARA MUNICIPAL

MAPAS DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

~~SGT~~ BR BR 67
* BR

LNY

GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2018

Várias em Fase

Op.	Descrição	2015			Anos Seguintes			Total	
		Total	Financ. Definida	Fin. Não Def.	2016	2017	2018	Outros	Previsto
1	FUNÇÕES GERAIS	4.102.263,90	3.484.743,90	617.520,00	3.904.660,00	3.718.160,00	3.670.000,00	2.870.000,00	16.265.023,90
1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.052.263,90	3.434.743,90	617.520,00	3.854.660,00	3.668.160,00	3.620.000,00	2.820.000,00	16.015.023,90
1.2.1.	PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	250.000,00
2	FUNÇÕES SOCIAIS	29.909.900,00	11.350.180,00	18.550.720,00	15.218.710,00	11.386.600,00	7.955.000,00	7.955.000,00	72.415.610,00
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	330.070,00	330.070,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	330.070,00
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	1.372.280,00	1.329.760,00	42.500,00	1.130.000,00	1.130.000,00	1.130.000,00	1.130.000,00	5.892.280,00
2.3.2.	AÇÃO SOCIAL	74.500,00	49.500,00	25.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	574.500,00
2.4.1.	HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	18.319.300,00	2.733.550,00	15.585.750,00	5.534.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	25.053.300,00
2.4.3.	SANEAMENTO	3.163.180,00	2.186.380,00	976.800,00	2.875.000,00	2.875.000,00	2.875.000,00	2.875.000,00	14.683.180,00
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1.765.690,00	1.765.690,00	0,00	1.571.560,00	1.475.000,00	1.475.000,00	1.475.000,00	7.762.250,00
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	1.329.870,00	1.289.870,00	50.000,00	1.139.820,00	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	5.779.690,00
2.4.6.	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	1.348.620,00	1.285.620,00	65.000,00	1.195.000,00	1.195.000,00	400.000,00	400.000,00	4.538.620,00
2.5.1.	CULTURA	473.470,00	167.800,00	305.670,00	348.330,00	650.000,00	150.000,00	150.000,00	1.771.600,00
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO, LAZER	1.713.920,00	213.920,00	1.500.000,00	1.300.000,00	2.436.000,00	300.000,00	300.000,00	6.049.920,00
3	FUNÇÕES ECONÔMICAS	3.840.070,00	3.605.570,00	233.500,00	14.958.790,00	2.930.000,00	2.930.000,00	2.930.000,00	27.588.860,00
3.1.	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA	2.613.500,00	2.613.500,00	0,00	14.013.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	22.626.590,00
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	274.870,00	274.870,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	274.870,00
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	13.790,00	13.790,00	0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	93.790,00
3.4.2.	TURISMO	7.781.600,00	545.100,00	233.500,00	775.700,00	760.000,00	760.000,00	760.000,00	3.834.300,00
3.5.	OUTRAS FUNÇÕES ECONÔMICAS	159.310,00	159.310,00	0,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	759.310,00
4	OUTRAS FUNÇÕES	426.100,00	404.750,00	21.350,00	466.810,00	466.810,00	457.310,00	564.620,00	2.381.650,00
4.1.	OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	297.440,00	297.440,00	0,00	350.000,00	350.000,00	350.000,00	350.000,00	1.697.440,00
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	128.660,00	107.310,00	21.350,00	116.810,00	116.810,00	107.310,00	214.620,00	684.210,00
TOTAL GERAL		38.269.333,90	18.848.243,90	19.423.090,00	34.548.910,00	18.500.970,00	15.012.310,00	14.319.620,00	120.651.143,90

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

GRANDES OPÇÕES DO PLANO
[**PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS**]

GRANDES OPÇÕES DO PLANO [PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS]

GRANDES OPÇÕES DO PLANO [PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS]

GRANDES OPÇÕES DO PLANO [PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS]

~~Assinatura~~ ~~Assinatura~~
Assinatura ~~Assinatura~~



PLANO DE ATIVIDADES
PA 2016

**GRANDES OPÇÕES DO PLANO
[PLANO DE ATIVIDADES]**

GRANDES OPÇÕES DO PLANO [PLANO DE ATIVIDADES]

**GRANDES OPÇÕES DO PLANO
[PLANO DE ATIVIDADES]**

dir *by*
dir
Página 33

GRANDES OPCÕES DO PLANO [PLANO DE ATIVIDADES]

Ordem	Número	Nome	Mês	Descrição	Objetivo	Custo Total - Investimento (R\$)	Financiamento (R\$)	Receita	Orçado	2016			2017			2018			2019				
										Início	Fim	Valor	Total Orçado										
3.3.4.2.2016 Turismo																							
3.	3.4.2.2014	24	Turismo	02022399	0	DG/ART	01-01-2014	31-12-2014	0	2.310,00	2.310,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.310,00		
3.	3.4.2.2015	24	Comunicação e Abastecimento Municipal	02	DG/ART	01-01-2015	31-12-2015	0	7.530,00	7.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.530,00		
3.	3.4.2.2015	25	Promoção e Apoio ao Turismo	02	DG/ART	01-01-2015	31-12-2015	0	3.770,00	3.770,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.770,00		
3.	3.4.2.2015	26	Promoção de Eventos e Turismo	02	DG/ART	01-01-2015	31-12-2015	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3.	3.4.2.2015	32	Eventos de Interesse Cultural e Turístico	02	SAC/C	01-01-2015	31-12-2015	0	102.600,00	102.600,00	0,00	15.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118.300,00		
3.	3.4.2.2015	33	Comunicação e Abastecimento Municipal	02	SAC/C	01-01-2015	31-12-2015	0	31.500,00	31.500,00	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	231.500,00		
3.	3.4.2.2016	23	Promoção e Apoio ao Turismo	02	DG/ART	01-01-2016	31-12-2016	0	151.300,00	151.300,00	0,00	160.000,00	160.000,00	160.000,00	160.000,00	160.000,00	160.000,00	160.000,00	160.000,00	160.000,00	795.300,00		
3.	3.4.2.2016	24	Promoção e Apoio ao Turismo	02	SAC/C	01-01-2016	31-12-2016	0	2.000,00	2.000,00	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	203.000,00		
3.	3.4.2.2016	35	Promoção de Eventos e Turismo	02	SAC/C	01-01-2016	31-12-2016	0	473.300,00	473.300,00	233.500,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	2.473.500,00			
	Total Programática 3.4.2.						278.411,00	543.130,00	211.500,00	773.100,00	773.100,00	710.000,00	710.000,00	710.000,00	710.000,00	710.000,00	710.000,00	710.000,00	710.000,00	3.834.130,00			
3.3.5.2014 Outras Ações Especiais																							
3.	3.5.2014	37	Operações Urbanísticas	02	02022399	0	DG/OP.	01-01-2014	31-12-2014	0	10.700,00	10.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.700,00		
3.	3.5.2015	37	Intervenções Urbanas e Equipamentos Municipais	02	02022399	A	DG/OP.	01-01-2015	31-12-2015	0	270,00	270,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	270,00		
3.	3.5.2015	33	Armazém de Ofícios e Serviços Básicos	02	020104	0	DG/OP.	01-01-2015	31-12-2015	0	570,00	570,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	570,00		
3.	3.5.2016	28	Intervenções Urbanas e Equipamentos Municipais	02	02022399	A	DG/OP.	01-01-2016	31-12-2016	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3.	3.5.2016	36	Operações Urbanísticas	02	02022399	0	DG/OP.	01-01-2016	31-12-2016	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	Total Programática 3.5.						19.460,00	19.460,00	1.627,00	2.026,00	2.026,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.460,00			
4. OUTRAS FAIXAS																							
4.	4.1.	Otimização da Divida Autárquica																					
	Total Programática 4.1.						8.00	8.00	0,00	8.00	8.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.00		
4.4.2.2015 Transferências entre Administrações																							
4.	4.2.2015	26	Transferências para Freguesias	02	DG/ART	01-01-2015	31-12-2015	0	0,00	297.440,00	297.440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.567.440,00		
4.	4.2.2016	27	Transferências para Freguesias	02	DG/ART	01-01-2016	31-12-2016	0	0,00	297.440,00	297.440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.567.440,00		
	Total Programática 4.2.						594.880,00	594.880,00	0,00	594.880,00	594.880,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	594.880,00			
4.4.3.2014 Diversas não Especificadas																							
4.	4.3.2014	33	CASH - Common Framework for Assessment and Management of Sustainable Interventions	02	0409071	0	1.00%	DG/ART	01-01-2014	31-12-2014	0	11.850,00	0,00	11.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.850,00		
4.	4.3.2015	35	Fundo de Apoio Municipal	02	050002012	0	1.00%	DG/ART	01-01-2015	31-12-2015	0	107.310,00	107.310,00	107.310,00	107.310,00	107.310,00	107.310,00	107.310,00	107.310,00	107.310,00	643.860,00		
4.	4.3.2016	36	Active Citizens Climate Protection	02	0409071	0	1.00%	DG/ART	01-01-2016	31-12-2016	0	9.500,00	0,00	9.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.500,00		
	Total das Opções						117.451,00	117.451,00	0,00	117.451,00	117.451,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	117.451,00			

Fonte de Realização: A - Administração Direta; E - Empreend. e Operações; O - Formação de Capital; I - Execução Física até 50%; 4 - execução física superior a 50%.

Fase de Execução:

1 - Início

2 - Execução

3 - Encerramento

~~✓~~ ✓ ~~✓~~ ✓

~~✓~~ h R. 4
h ✓
h ✓
h ✓



ORÇAMENTO RECEITA 2016

Valores em Euros

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE (€)
RECEITAS CORRENTES		
01	Impostos directos	6.657.800,00
01.02	Outros	
01.02.02	Imposto municipal sobre imóveis	5.041.300,00
01.02.03	Imposto único de circulação	653.300,00
01.02.04	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	708.000,00
01.02.05	Derrama	254.800,00
01.02.07	Impostos abolidos	
01.02.07.01	Contribuição autárquica	100,00
01.02.07.02	Imposto municipal de sisa	100,00
01.02.07.03	Imposto municipal sobre veículos	100,00
01.02.99	Impostos directos diversos	100,00
02	Impostos Indirectos	1.458.100,00
02.02	Outros	
02.02.06	Impostos indirectos específicos das autarquias locais	
02.02.06.01	Mercados e feiras	
02.02.06.01.01	Inscrições e emissão de cartões	100,00
02.02.06.01.99	Diversos	985.500,00
02.02.06.02	Loteamentos e obras	
02.02.06.02.01	Apreciação de Projectos	29.500,00
02.02.06.02.02	Títulos de Operações Urbanísticas	10.500,00
02.02.06.02.03	Regimes Jurídicos Especiais	2.600,00
02.02.06.02.04	Vistorias	100,00
02.02.06.02.05	Taxa Municipal de Urbanização	6.500,00
02.02.06.02.06	Compensações devidas por Áreas Não Cedidas	3.200,00
02.02.06.02.99	Diversos	100,00
02.02.06.03	Ocupação da via pública	
02.02.06.03.01	Ocupação da via pública por motivo de obras	10.200,00
02.02.06.03.02	Ocupação do espaço aéreo	700,00
02.02.06.03.03	Ocupações diversas do solo	16.000,00
02.02.06.03.04	Construção ou instalações especiais solo/subsolo	100,00
02.02.06.03.05	Ocupações diversas do subsolo	100,00
02.02.06.03.99	Diversas	25.100,00
02.02.06.05	Publicidade	
02.02.06.05.01	Anúncios e frisos luminosos	100,00
02.02.06.05.02	Publicidade comida	100,00
02.02.06.05.03	Publicidade móvel	100,00
02.02.06.05.04	Painéis e bandeirolas	100,00
02.02.06.05.99	Diversas	100,00
02.02.06.06	Saneamento	338.100,00
02.02.06.99	Outros	
02.02.06.99.01	Taxa municipal de direitos de passagem	6.000,00
02.02.06.99.02	Taxa de depósito de ficha técnica de habitação	100,00
02.02.06.99.99	Outros	
02.02.06.99.99.01	Emolumentos e taxas de secretaria	100,00
02.02.06.99.99.99	Diversas	22.900,00
02.02.99	Impostos Indiretos diversos	100,00

ORÇAMENTO RECEITA 2016

Valores em Euros

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE (€)
04	Taxas, multas e outras penalidades	1.661.300,00
04.01	Taxas	
04.01.23	Taxas específicas das autarquias locais	
04.01.23.01	Mercados e feiras	
04.01.23.01.01	Inscrições e emissão de cartões	100,00
04.01.23.01.99	Diversos	100,00
04.01.23.02	Loteamento e obras	
04.01.23.02.01	Apreciação de Projectos	34.900,00
04.01.23.02.02	Títulos de Operações Urbanísticas	23.700,00
04.01.23.02.03	Regimes Jurídicos Especiais	100,00
04.01.23.02.04	Vistorias	400,00
04.01.23.02.05	Taxa Municipal de Urbanização	35.100,00
04.01.23.02.06	Compensações devidas por Áreas Não Cedidas	100,00
04.01.23.02.99	Diversos	100,00
04.01.23.03	Ocupação da via pública	
04.01.23.03.01	Ocupação da via pública por motivo de obras	4.300,00
04.01.23.03.02	Ocupação do espaço aéreo	100,00
04.01.23.03.03	Ocupações diversas do solo	31.700,00
04.01.23.03.04	Ocupações diversas do subsolo	100,00
04.01.23.03.99	Diversas	100,00
04.01.23.05	Caça, uso e porte de arma	100,00
04.01.23.06	Saneamento	1.397.200,00
04.01.23.99	Outras	
04.01.23.99.01	Taxa de depósito de ficha técnica de habitação	100,00
04.01.23.99.02	Taxa pela emissão do certificado de registo	100,00
04.01.23.99.99	Outras	
04.01.23.99.99.01	Emolumentos e taxas de secretaria	2.600,00
04.01.23.99.99.02	Registo de ciclomotores e outros veículos	100,00
04.01.23.99.99.99	Diversas	63.500,00
04.01.99	Taxas Diversas	100,00
04.02	Multas e Outras Penalidades	
04.02.01	Juros de mora	29.200,00
04.02.02	Juros compensatórios	
04.02.04	Coimas e penalidades por contra-ordenações	34.200,00
04.02.99	Multas e penalidades diversas	3.200,00
05	Rendimentos de propriedade	603.700,00
05.02	Juros - Sociedades financeiras	
05.02.01	Bancos e outras instituições financeiras	500,00
05.02.02	Companhias de seguros e fundos de pensões	100,00
05.03	Juros - Administrações Públicas	
05.03.01	Administração central - Estado	100,00
05.07	Dividendos e participações lucros sociedades, quase-sociedades não financeiras	
05.07.02	Empresas públicas municipais e intermunicipais	50.800,00
05.07.99	Outras	100,00
05.09	Participações nos lucros de Administrações Públicas	
05.09.01	Associações de Municípios	100,00



ORÇAMENTO RECEITA 2016

Valores em Euros

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE (€)
05.10	Rendas	
05.10.01	Terrenos	100,00
05.10.99	Outros	
05.10.99.01	EDP	551.800,00
05.10.99.02	Bens de domínio privado da autarquia	100,00
06	Transferências correntes	7.997.200,00
06.01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
06.01.01	Públicas	
06.01.01.01	Empresas Públicas	100,00
06.01.01.02	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	100,00
06.01.01.99	Outras	100,00
06.01.02	Privadas	100,00
06.03	Administração Central	
06.03.01	Estado	
06.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.129.567,00
06.03.01.02	Fundo Social Municipal	675.300,00
06.03.01.03	Participação Variável no IRS	1.461.892,00
06.03.01.99	Outros	
06.03.01.99.01	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direção dos Serviços da Região Norte	2.221.500,00
06.03.01.99.02	Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL)	20.600,00
06.03.01.99.03	Direção-Geral do Livro, do Arquivo e das Bibliotecas (DGLAB)	100,00
06.03.01.99.04	Junta de Crédito Pública	100,00
06.03.01.99.05	Direcção-Geral de Administração Interna (Administração Eleitoral)	14.400,00
06.03.01.99.06	Instituto para o Desenvolvimento Social	22.600,00
06.03.01.99.07	Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional (COTHN)	12.300,00
06.03.01.99.99	Diversas	113,00
06.03.06	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	
06.03.06.02	Fundo Social Europeu	9.600,00
06.03.06.03	Fundo Europeu para a Investigação e Inovação	100,00
06.03.06.04	Programa Operacional da Região Norte (ON2 - O Novo Norte)	100,00
06.03.06.05	Programa Portugal 2020	100,00
06.03.06.99	Outros	14.300,00
06.03.07	Serviços e fundos autónomos	
06.03.07.01	Turismo de Portugal (TP)	
06.03.07.01.01	PIQTUR	100,00
06.03.07.01.02	Plano de Obras	100,00
06.03.07.01.03	Receitas Próprias do Jogo	100,00
06.03.07.02	Outros	100,00
06.03.09	Serviços e fundos autónomos - Subsistema de protecção à família e políticas activas de emprego e formação profissional	
06.03.09.01	Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)	
06.03.09.01.02	Programa de Estágios Profissionais	8.000,00
06.03.09.01.99	Outros programas de emprego e inserção	76.128,00
06.03.09.99	Diversas	70.400,00
06.05	Administração Local	
06.05.01	Continente	
06.05.01.06	Área Metropolitana do Porto	0,00

ORÇAMENTO RECEITA 2016

Valores em Euros

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE (€)
06.06	Famílias	
06.06.01	Famílias	
06.06.01.01	Comparticipação na Componente Apoio à Família (CAF)	67.100,00
06.06.01.02	Comparticipação nas Refeições Escolares	191.600,00
06.06.01.99	Diversas	500,00
07	Venda de bens e serviços correntes	5.168.100,00
07.01	Venda de bens	
07.01.08	Mercadorias	
07.01.08.01	Habitação social	100,00
07.01.08.02	Água	2.060.700,00
07.01.08.99	Outros	100,00
07.01.99	Outros	
07.01.99.01	Papel, vidro e outros produtos de reciclagem	100,00
07.01.99.02	Sucatas	100,00
07.01.99.99	Diversas	400,00
07.01.05	Bens Inutilizados	100,00
07.02	Serviços	
07.02.08	Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	
07.02.08.01	Serviços sociais	
07.02.08.01.01	Balneário Marinho	37.100,00
07.02.08.02	Serviços recreativos	
07.02.08.02.01	Piscina Solário Atlântico	46.100,00
07.02.08.02.02	Piscina Solário Atlântico - Piscina coberta	249.400,00
07.02.08.03	Serviços culturais	
07.02.08.03.01	Biblioteca Municipal	100,00
07.02.08.04	Serviços desportivos	
07.02.08.04.01	Piscina Municipal	225.300,00
07.02.08.04.03	Nave Desportiva	100,00
07.02.08.04.04	Pavilhão Desportivo de Anta	100,00
07.02.08.04.99	Outros equipamentos e serviços desportivos	100,00
07.02.09	Serviços específicos das autarquias	
07.02.09.01	Saneamento	129.600,00
07.02.09.02	Resíduos sólidos	1.481.000,00
07.02.09.04	Trabalhos por conta de particulares	
07.02.09.04.01	Venda de plantas topográficas e cópias	100,00
07.02.09.04.02	Indemnizações	100,00
07.02.09.04.03	Água	31.000,00
07.02.09.04.04	Saneamento	100,00
07.02.09.04.99	Diversos	100,00
07.02.09.05	Cemitérios	14.700,00
07.02.09.06	Mercados e Feiras	100,00
07.02.09.07	Parques de estacionamento	100,00
07.02.09.08	Parque de Campismo	121.900,00
07.02.09.09	Reembolso de Seguros	100,00
07.02.09.99	Outros	
07.02.09.99.01	Aluguer de Contadores	100,00



ORÇAMENTO RECEITA 2016

Valores em Euros

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE (€)
07.02.09.99.02	Diversas	52.300,00
07.02.99	Outros	
07.02.99.01	Encargos de cobrança de receitas	100,00
07.03	Rendas	
07.03.01	Habitações	
07.03.01.01	Habitação social	632.500,00
07.03.01.02	Outras habitações	4.000,00
07.03.02	Edifícios	79.800,00
07.03.99	Outras	500,00
08	Outras receitas correntes	319.800,00
08.01	Outras	
08.01.99	Outras	
08.01.99.01	Indemnizações por deteriorização, roubo e extravio de bens patrimoniais	100,00
08.01.99.02	Indemnizações de estragos provocados por outrem em viaturas ou em quaisquer outros equipamentos pertencentes às autarquias locais	4.000,00
08.01.99.03	IVA reembolsado	100.000,00
08.01.99.04	Mais valias	100,00
08.01.99.99	Diversas	215.600,00
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES		23.866.000,00

RECEITAS DE CAPITAL

09	Venda de Bens de Investimento	2.679.500,00
09.01	Terrenos	0,00
09.01.01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00
09.02	Habitações	
09.02.01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00
09.04	Outros bens de investimento	
09.04.01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
09.04.01.03	Outros	2.679.500,00
10	Transferências de capital	4.626.500,00
10.01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
10.01.01	Públicas	
10.01.01.01	Empresas PÚblicas	
10.01.01.01.01	EP - Estradas de Portugal, SA	100,00
10.01.01.01.02	Rede Ferroviária Nacional REFER, EPE	100,00
10.01.01.02	Empresas PÚblicas Municipais e Intermunicipais	100,00
10.01.01.99	Outras	100,00
10.03	Administração Central	
10.03.01	Estado	
10.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	347.730,00

ORÇAMENTO RECEITA 2016

Valores em Euros

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE (€)
10.03.01.04	Cooperação técnica e financeira	
10.03.01.04.99	Diversas	100,00
10.03.01.99	Outras	
10.03.01.99.99	Diversas	70,00
10.03.07	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	
10.03.07.01	FEDER	
10.03.07.01.02	Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT)	178.140,91
10.03.07.01.06	Programa Operacional da Região Norte (ON2 - O Novo Norte)	602.372,36
10.03.07.01.07	Programa Portugal 2020	100,00
10.03.07.01.08	Fundo de Proteção de Recursos Hídricos (FPRH)	37.047,00
10.03.07.01.99	Outras	139,73
10.03.07.02	Fundo de Coesão	100,00
10.03.08	Serviços e fundos autónomos	
10.03.08.02	Turismo de Portugal (TP)	
10.03.08.02.01	Plano de Obras	1.959.900,00
10.03.08.02.02	Projetos de Acção Local (PAL)	100,00
10.03.08.02.03	Receitas próprias do Jogo	1.500.000,00
10.03.08.03	Direção-Geral do Livro, do Arquivo e das Bibliotecas (DGLAB)	100,00
10.03.08.99	Outros	100,00
10.09	Resto do Mundo	
10.09.01	União Europeia - Instituições	
10.09.01.01	Fundo Social Europeu	100,00
12	Passivos financeiros	1.000.100,00
12.05	Empréstimos a curto prazo	
12.05.02	Sociedades financeiras	1.000.000,00
12.06	Empréstimos de médio e longo prazos	
12.06.02	Sociedades financeiras	100,00
15	Ressoldes não abatidas nos pagamentos	100,00
15.01	Ressoldes não abatidas nos pagamentos	
15.01.01	Ressoldes não abatidas nos pagamentos	100,00
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL		8.306.200,00
		TOTAL DAS RECEITAS
		32.172.200,00

~~✓~~ Enviado
W
L
A
D
J



ORÇAMENTO DESPESA 2016

Valores em Euros

ORG. ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	CAPÍTULO
O1	ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
	DESPESAS CORRENTES	32.500,00
01 01	Pessoal	26.000,00
01 01.02	Abonos variáveis ou eventuais	
01 01.02.04	Ajudas de custo	2.500,00
01 01.02.13	Outros suplementos e prémios	
01 01.02.13.99	Outros	22.500,00
01 02	Aquisição de bens e serviços	7.500,00
01 02.01	Aquisição de bens	
01 02.01.08	Material de escritório	500,00
01 02.02	Aquisição de serviços	
01 02.02.17	Publicidade	7.000,00
	TOTAL DAS DESPESAS O1	32.500,00
O2	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	
	DESPESAS CORRENTES	22.443.500,00
02 01	Pessoal	10.149.890,00
02 01.01	Remunerações certas e permanentes	
02 01.01.01	Titulares dos órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	151.000,00
02 01.01.02	Órgãos Sociais	10,00
02 01.01.03	Pessoal dos quadros - Regime de função pública	10,00
02 01.01.04	Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho	
02 01.01.04.01	Pessoal em funções	4.641.470,00
02 01.01.04.02	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	10,00
02 01.01.04.03	Alterações facultativas de posicionamento remuneratório	10,00
02 01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	50.000,00
02 01.01.05	Pessoal para além dos quadros	10,00
02 01.01.06	Pessoal contratado a termo	
02 01.01.06.01	Pessoal em funções	10,00
02 01.01.06.02	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	10,00
02 01.01.06.03	Alterações facultativas de posicionamento remuneratório	10,00
02 01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	25.000,00
02 01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	83.190,00
02 01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	50.000,00
02 01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	
02 01.01.09.01	Gabinetes de Apoio Pessoal	97.100,00
02 01.01.09.02	Comissão de Serviço (Cargos Dirigentes)	207.410,00
02 01.01.09.03	Mobilidade	201.100,00
02 01.01.09.99	Outro	62.200,00

ORÇAMENTO DESPESA 2016

Valores em Euros

ORG.	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	CAPÍTULO
02	01.01.10	Gratificações	
02	01.01.10.01	Membros dos Órgãos Autárquicos	10,00
02	01.01.10.02	Pessoal dos Quadros	10,00
02	01.01.10.99	Outros	10,00
02	01.01.11	Representação	55.000,00
02	01.01.12	Suplementos e Prémios	10,00
02	01.01.13	Subsídio de refeição	600.000,00
02	01.01.14	Subsídio de férias e de Natal	850.700,00
02	01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	200.000,00
02	01.02	Abonos variáveis ou eventuais	
02	01.02.01	Gratificações variáveis ou eventuais	10,00
02	01.02.02	Horas extraordinárias	160.000,00
02	01.02.03	Alimentação e alojamento	10,00
02	01.02.04	Ajudas de custo	15.000,00
02	01.02.05	Abono para faltas	25.000,00
02	01.02.06	Formação	10,00
02	01.02.07	Colaboração técnica e especializada	
02	01.02.07.01	Participações emolumentares	10,00
02	01.02.07.02	Participações em custas de execuções fiscais	10,00
02	01.02.08	Subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento	10,00
02	01.02.09	Subsídio de prevenção	10,00
02	01.02.10	Subsídio de trabalho nocturno	25.000,00
02	01.02.11	Subsídio de turno	47.660,00
02	01.02.12	Indemnizações por cessão de funções	75.000,00
02	01.02.13	Outros suplementos e prémios	
02	01.02.13.01	Prémios de desempenho	10,00
02	01.02.13.03	Participações em custas de execuções fiscais	10,00
02	01.02.13.99	Outros	30.000,00
02	01.02.14	Outros abonos em numerário e espécie	10,00
02	01.03	Segurança social	
02	01.03.01	Encargos com a saúde	276.000,00
02	01.03.02	Outros encargos com a saúde	10,00
02	01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	95.000,00
02	01.03.04	Outras prestações familiares	20.000,00
02	01.03.05	Contribuições para a segurança social	
02	01.03.05.01	ADSE	436.770,00
02	01.03.05.02	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas	
02	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	1.069.400,00
02	01.03.05.02.02	Segurança social - regime geral	403.800,00
02	01.03.05.04	Outros	10,00
02	01.03.06	Acidentes em serviços e doenças profissionais	10,00
02	01.03.07	Pensões de reserva	10,00
02	01.03.08	Outras pensões	45.000,00



ORÇAMENTO DESPESA 2016

Valores em Euros

ORG. ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	CAPÍTULO
02 01.03.09	Seguros	
02 01.03.09.01	Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	136.810,00
02 01.03.09.02	Seguros de saúde	10,00
02 01.03.10	Outras despesas de segurança social	
02 01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, paternidade e adopção	15.000,00
02 01.03.10.99	Outras despesas de segurança social	10,00
02 02	Aquisição de bens e serviços	11.379.260,00
02 02.01	Aquisição de bens	
02 02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	
02 02.01.02.01	Gasolina	10.745,00
02 02.01.02.02	Gasóleo	218.045,00
02 02.01.02.99	Outros	512.975,00
02 02.01.04	Limpeza e higiene	570,00
02 02.01.08	Material de escritório	16.375,00
02 02.01.11	Material de consumo clínico	1.500,00
02 02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	630,00
02 02.01.16	Mercadorias para venda	
02 02.01.16.01	Água	1.403.510,00
02 02.01.17	Ferramentas e utensílios	425,00
02 02.01.18	Livros e documentação técnica	10.000,00
02 02.01.20	Material de educação, cultura e recreio	22.300,00
02 02.01.21	Outros bens	
02 02.01.21.02	Aquisição de pneus e câmaras de ár	16.975,00
02 02.01.21.03	Material de promoção turística	21.670,00
02 02.01.21.04	Material eléctrico e de pichelaria	2.400,00
02 02.01.21.99	Diversos	101.040,00
02 02.02	Aquisição de serviços	
02 02.02.01	Encargos de instalações	806.890,00
02 02.02.02	Limpeza e higiene	1.092.500,00
02 02.02.03	Conservação de bens	1.000,00
02 02.02.04	Locação de edifícios	10.800,00
02 02.02.06	Locação de material de transporte	54.350,00
02 02.02.08	Locação de outros bens	1.000,00
02 02.02.09	Comunicações	302.305,00
02 02.02.10	Transportes	16.690,00
02 02.02.11	Representação dos serviços	17.630,00
02 02.02.12	Seguros	138.710,00
02 02.02.13	Deslocações e estadas	7.670,00
02 02.02.14	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	
02 02.02.14.01	Assessorias	126.990,00
02 02.02.14.99	Outros estudos	84.340,00
02 02.02.15	Formação	15.500,00

ORÇAMENTO DESPESA 2016

Valores em Euros

ORG.	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	CAPÍTULO
02	02.02.16	Seminários, exposições e similares	1.000,00
02	02.02.17	Publicidade	35.220,00
02	02.02.18	Vigilância e segurança	62.230,00
02	02.02.19	Assistência técnica	8.590,00
02	02.02.20	Outros trabalhos especializados	
02	02.02.20.01	Depósito de resíduos sólidos na LIPOR	1.003.050,00
02	02.02.20.02	Segurança e saúde no trabalho	42.550,00
02	02.02.20.03	Serviços informáticos de gestão	175.000,00
02	02.02.20.04	Análises laboratoriais de água	5.970,00
02	02.02.23	Outros serviços especializados	500,00
02	02.02.24	Encargos de cobrança de receitas	
02	02.02.24.01	Encargos de cobrança fiscal	180.000,00
02	02.02.24.02	Encargos de cobrança bancária	10.000,00
02	02.02.24.03	Outros encargos de liquidação e cobrança	600,00
02	02.02.25	Outros serviços	
02	02.02.25.01	Emolumentos ao Tribunal de Contas	10.000,00
02	02.02.25.02	Emolumentos ao Notário Privado	6.000,00
02	02.02.25.03	Emolumentos do Registo Predial	15.960,00
02	02.02.25.04	Iluminação pública	942.750,00
02	02.02.25.05	Acção de carácter cultural e turístico	
02	02.02.25.05.01	Animação cultural	42.600,00
02	02.02.25.05.02	Promoção turística	317.120,00
02	02.02.25.06	Transportes escolares	151.550,00
02	02.02.25.08	Tratamento de águas residuais pela SIMRIA	2.364.890,00
02	02.02.25.09	Apoio social	98.790,00
02	02.02.25.10	Promoção do desporto	31.245,00
02	02.02.25.11	Sensibilização ambiental	2.000,00
02	02.02.25.12	Condomínios	2.860,00
02	02.02.25.13	Refeições Escolares	539.880,00
02	02.02.25.14	Serviços de Carácter Educativo	185.190,00
02	02.02.25.99	Outros serviços	128.180,00
02	03	Juros e outros encargos	309.800,00
02	03.01	Juros da dívida pública	
02	03.01.03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	
02	03.01.03.01	Empréstimos de curto prazo	20.000,00
02	03.01.03.02	Empréstimos de médio e longo prazos	
02	03.01.03.02.01	CGD / PER - Silvalde	814,73
02	03.01.03.02.04	CGD / PER - Paramos	3.674,04
02	03.01.03.02.05	CGD / Linha bonificada - Intempéries	867,33
02	03.01.03.02.06	BES / Intempéries	2.092,53
02	03.01.03.02.07	CGD / III QCA - Medida 1.1 - Saneamento Básico N.Exp.Urb.	1.754,83
02	03.01.03.02.08	CGD / III QCA - Medida 1.2 - Rua dos Combatentes	433,47
02	03.01.03.02.09	CGD / III QCA - Medida 1.2 - Rede Viária de Paramos	335,42



ORÇAMENTO DESPESA 2016

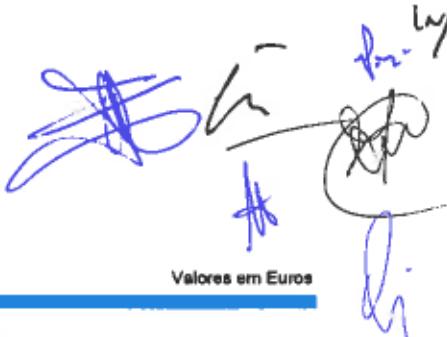
Valores em Euros

ORG. ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	CAPÍTULO
02 03.01.03.02.11	BPI / PER - Anta	3.095,46
02 03.01.03.02.12	CGD / PER - Guetim	687,63
02 03.01.03.02.13	CGD / PER - Silvalde	2.088,55
02 03.01.03.02.15	CGD/Saneamento Financeiro I	320,49
02 03.01.03.02.18	Millennium BCP / Saneamento Financeiro II	370,02
02 03.01.03.02.20	Estado / Prog. "Pagar Tempo Horas"	5.698,79
02 03.01.03.02.22	Estado / Prog. "Regularização Extraordinária das Dívidas do Estado"	2.716,74
02 03.01.03.02.24	Médio e Longo Prazo - Regularização Dívidas a Fornecedores (PAEL)	199.194,81
02 03.02	Outros encargos correntes da dívida pública	
02 03.02.01	Despesas diversas	1.660,00
02 03.05	Outros juros	
02 03.05.02	Outros	63.995,16
02 04	Transferências correntes	241.620,00
02 04.05	Administração local	
02 04.05.01	Continente	
02 04.05.01.02	Freguesias	
02 04.05.01.02.02	Espinho	3.000,00
02 04.05.01.02.04	Paramos	1.110,00
02 04.05.01.02.05	Silvalde	1.870,00
02 04.05.01.02.06	Anta e Guetim	3.020,00
02 04.07	Instituições sem fins lucrativos	
02 04.07.01	Instituições sem fins lucrativos	
02 04.07.01.01	Acções de interesse cultural	8.000,00
02 04.07.01.02	Acções de interesse desportivo, recreio e lazer	12.000,00
02 04.07.01.03	Acções de interesse turístico	52.000,00
02 04.07.01.04	Acção científica e educativa	0,00
02 04.07.01.05	Acção social	
02 04.07.01.05.02	CSCD - Trabalhadores da Câmara de Espinho	16.130,00
02 04.07.01.05.03	Outras acções de âmbito social	0,00
02 04.08	Famílias	
02 04.08.02	Outras	
02 04.08.02.01	Indemnizações	770,00
02 04.08.02.02	Boinas de Estágio	10.000,00
02 04.08.02.03	Contratos Emprego-Inserção	133.720,00
02 04.08.02.99	Diversas	0,00
02 04.09	Resto do Mundo	
02 04.09.01	Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	0,00
02 06	Outras despesas correntes	362.930,00
02 06.02	Diversas	
02 06.02.01	Impostos e taxas	17.070,00
02 06.02.03	Outras	
02 06.02.03.01	Outras restituições	71.700,00
02 06.02.03.02	IVA pago	120.000,00

ORÇAMENTO DESPESA 2016

Valores em Euros

ORG. ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	CAPÍTULO
02 06.02.03.04	Serviços bancários	27.670,00
02 06.02.03.05	Outras	126.490,00
	DESPESAS DE CAPITAL	9.696.200,00
02 07	Aquisição de bens de capital	4.923.783,90
02 07.01	Investimentos	
02 07.01.01	Terrenos	54.483,90
02 07.01.02	Habitações	
02 07.01.02.03	Reparação e beneficiação	34.460,00
02 07.01.03	Edifícios	
02 07.01.03.01	Instalações de serviços	0,00
02 07.01.03.02	Instalações desportivas e recreativas	159.270,00
02 07.01.03.05	Escolas	389.510,00
02 07.01.03.07	Outros	2.080,00
02 07.01.04	Construções diversas	
02 07.01.04.01	Viadutos, arruamentos e obras complementares	1.839.770,00
02 07.01.04.02	Sistemas de drenagem de águas residuais	44.600,00
02 07.01.04.03	Estações de tratamento de águas residuais	0,00
02 07.01.04.04	Iluminação Pública	210,00
02 07.01.04.05	Parques e jardins	0,00
02 07.01.04.06	Instalações desportivas e recreativas	45.000,00
02 07.01.04.07	Captação e distribuição de água	20.000,00
02 07.01.04.09	Sinalização e trânsito	10.260,00
02 07.01.04.10	Infra-estruturas para distribuição de energia eléctrica	0,00
02 07.01.04.11	Infra-estruturas para tratamento de resíduos sólidos	0,00
02 07.01.04.12	Cemitérios	0,00
02 07.01.04.13	Outros	169.200,00
02 07.01.06	Material de transporte	
02 07.01.06.01	Recolha de resíduos	28.060,00
02 07.01.06.02	Outro	354.280,00
02 07.01.07	Equipamento de informática	75.580,00
02 07.01.08	Software informático	76.660,00
02 07.01.09	Equipamento administrativo	2.000,00
02 07.01.10	Equipamento básico	
02 07.01.10.01	Equipamento de recolha de resíduos	52.000,00
02 07.01.10.02	Outro	268.700,00
02 07.01.15	Outros investimentos	1.249.230,00
02 07.02	Locação financeira	
02 07.02.05	Material de transporte	25.400,00
02 07.02.07	Maquinaria e Equipamento	23.030,00



ORÇAMENTO DESPESA 2016

Valores em Euros

ORG. ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	CAPÍTULO
02 08	Transferências de capital	2.275.160,00
02 08.01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
02 08.01.01	Públicas	
02 08.01.01.01	Empresas públicas municipais e intermunicipais	379.850,00
02 08.01.01.02	Outras	705.050,00
02 08.01.02	Privadas	3,00
02 08.05	Administração local	
02 08.05.01	Continente	
02 08.05.01.02	Freguesias	
02 08.05.01.02.02	Espinho	34.531,00
02 08.05.01.02.04	Paramos	97.144,00
02 08.05.01.02.05	Silvalde	105.775,00
02 08.05.01.02.06	Anta e Guetim	90.987,00
02 08.07	Instituições sem fins lucrativos	
02 08.07.01	Instituições sem fins lucrativos	
02 08.07.01.01	Acções de interesse cultural	362.000,00
02 08.07.01.02	Acções de interesse desportivo, recreio e lazer	103.000,00
02 08.07.01.04	Acção social	50.000,00
02 08.07.01.99	Outras transferências	110.000,00
02 08.08	Famílias	
02 08.08.02	Outras	236.820,00
02 08	Ativos Financeiros	107.310,00
02 09.08	Unidades de Participação	
02 09.08.02	Sociedades e quase-sociedades financeiras públicas	
02 09.08.02.02	Participação no Fundo de Apoio Municipal	107.310,00
02 10	Passivos financeiros	2.389.946,10
02 10.05	Empréstimos a curto prazo	
02 10.05.03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	1.000.000,00
02 10.06	Empréstimos a médio e longo prazos	
02 10.06.03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	
02 10.06.03.01	CGD / PER - Silvalde	33.377,72
02 10.06.03.04	CGD / PER - Paramos	121.519,22
02 10.06.03.05	CGD / Linha bonificada - Intempéries	55.815,21
02 10.06.03.06	BES / Intempéries	98.767,84
02 10.06.03.07	CGD / III QCA - Medida 1.1 - Saneamento Básico N.Exp.Urb.	21.350,26
02 10.06.03.08	CGD / III QCA - Medida 1.2 - Rua dos Combatentes	16.846,88
02 10.06.03.09	CGD / III QCA - Medida 1.2 - Rede Viária de Paramos	11.923,48
02 10.06.03.11	BPI / PER - Anta	106.840,22
02 10.06.03.12	CGD / PER - Guetim	25.580,03
02 10.06.03.13	CGD / PER - Silvalde	50.492,98
02 10.06.03.15	CGD/Saneamento Financeiro I	68.060,50

ORÇAMENTO DESPESA 2016

Valores em Euros

ORG. ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	CAPÍTULO
02 10.06.03.18	Millennium BCP / Saneamento Financeiro II	113.705,44
02 10.06.03.20	Estado / Prog. "Pagar Tempo Horas"	191.215,60
02 10.06.03.22	Estado / Prog. "Regularização Extraordinária Dívidas do Estado"	65.613,20
02 10.06.03.24	Médio e Longo Prazo - Regularização Dívidas a Fornecedores (PAEL)	408.837,52
TOTAL DAS DESPESAS 02		32.139.700,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS CORRENTES		22.476.000,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS DE CAPITAL		9.696.200,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS		32.172.200,00

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS 2016

Valores em Euros

C. DESIGNAÇÃO	VALOR	%	C. DESIGNAÇÃO	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES					
01 Impostos directos	6.657.800,00	20,69	01 Pessoal	10.174.890,00	31,63
02 Impostos indirectos	1.458.100,00	4,53	02 Aquisição de bens e serviços	11.386.760,00	35,39
04 Taxas, multas e outras penalidades	1.661.300,00	5,16	03 Juros e outros encargos	309.800,00	0,96
05 Rendimentos de propriedade	603.700,00	1,88	04 Transferências correntes	241.620,00	0,75
06 Transferências correntes	7.997.200,00	24,86	06 Outras despesas correntes	362.930,00	1,13
07 Venda de bens e serviços correntes	5.168.100,00	16,06			
08 Outras receitas correntes	319.800,00	0,99			
TOTAL RECEITAS CORRENTES	23.866.000,00	74,18	TOTAL DESPESAS CORRENTES	22.476.000,00	69,86
DESPESAS DE CAPITAL					
09 Venda de Bens de Investimento	2.679.500,00	8,33	07 Aquisição de bens de capital	4.923.783,90	15,30
10 Transferências de capital	4.626.500,00	14,38	08 Transferências de capital	2.275.160,00	7,07
12 Passivos financeiros	1.000.100,00	3,11	09 Ativos financeiros	107.310,00	0,33
15 Posições não obtidas	100,00	0,00	10 Passivos financeiros	2.389.946,10	7,43
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	8.306.200,00	25,82	TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	9.696.200,00	30,14
TOTAL DAS RECEITAS	32.172.200,00	100,00	TOTAL DAS DESPESAS	32.172.200,00	100,00

QUADRO PLURIANUAL DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL 2016-2019

Na alçada do princípio da anualidade e plurianualidade previsto nos artigo 41.º e 44.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o Município de Espinho enquadra o seu orçamento num quadro pluriannual de programação orçamental (QPO).

O artigo 47.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, prevê a publicação de um Decreto-Lei num prazo de 120 dias que virá a regulamentar os elementos constantes dos documentos referidos no Capítulo IV da mesma Lei.

Na ausência desta regulamentação, não sendo possível aferir qual o critério técnico a considerar nos termos no n.º 2 do artigo 44.º da mesma Lei, apresenta-se o quadro seguinte:

QUADRO PLURIANUAL DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL 2016-2019

DESIGNAÇÃO	2016	2017	2018	2019
TOTAL DAS RECEITAS	32.172.200,00	40.924.580,00	39.800.360,00	38.606.350,00
TOTAL DAS DESPESAS	32.172.200,00	40.924.580,00	39.800.360,00	38.606.350,00

(W)
L
h
li

RESUMO DAS DESPESAS SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICO-ECONÓMICA 2016

Valores em Euros					
	DESIGNAÇÃO	O1	O2	VALOR	%
DESPESAS CORRENTES					
01	Pessoal	25.000,00	10.149.890,00	10.174.890,00	31,63
02	Aquisição de bens e serviços	7.500,00	11.379.260,00	11.386.760,00	35,39
03	Juros e outros encargos	0,00	309.800,00	309.800,00	0,96
04	Transferências correntes	0,00	241.620,00	241.620,00	0,75
06	Outras despesas correntes	0,00	362.930,00	362.930,00	1,13
TOTAL DESPESAS CORRENTES		32.500,00	22.443.500,00	22.476.000,00	69,86
DESPESAS DE CAPITAL					
07	Aquisição de bens de capital	0,00	4.923.783,90	4.923.783,90	15,30
07.01.01	Terrenos	0,00	54.483,90	54.483,90	0,17
07.01.02	Habitações	0,00	34.460,00	34.460,00	0,11
07.01.03	Edifícios	0,00	550.860,00	550.860,00	1,71
07.01.04	Construções diversas	0,00	2.129.040,00	2.129.040,00	6,62
07.01.05	Melhoramentos fundiários	0,00	0,00	0,00	0,00
07.01.06	Material de transporte	0,00	382.340,00	382.340,00	1,19
07.01.07	Equipamento de Informática	0,00	75.580,00	75.580,00	0,23
07.01.08	Software informático	0,00	76.660,00	76.660,00	0,24
07.01.09	Equipamento administrativo	0,00	2.000,00	2.000,00	0,01
07.01.10	Equipamento básico	0,00	320.700,00	320.700,00	1,00
07.01.15	Outros investimentos	0,00	1.249.230,00	1.249.230,00	3,88
07.02.05	Material de transporte	0,00	25.400,00	25.400,00	0,08
08	Transferências de capital	0,00	2.275.160,00	2.275.160,00	7,07
09	Activos financeiros	0,00	107.310,00	107.310,00	0,33
10	Passivos financeiros	0,00	2.389.946,10	2.389.946,10	7,43
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL		0,00	9.696.200,00	9.696.200,00	30,14
TOTAL GERAL		32.500,00	32.139.700,00	32.172.200,00	100,00



EMPRÉSTIMOS - PREVISÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA PARA 2016

Característica do empréstimo	Avan-	Último do TC		Previsão do empréstimo	Capital	Taxa de Juro	Salários do ano	Dívida		
		Mesmo	Data		Contratado	Utilizado	Incis	Atual	em	
CURTO PRAZO										
/ Corte Previs.		Dívidas da Tesouraria		1.000.000,00	0,00	0,00%	1.000.000,00	20.000,00	0,00	
Total		1.000.000,00		1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	20.000,00	1.020.000,00	0,00	
MÉDIO E LONGO PRAZOS										
CGD / PER - Sistelde (48 fases)	20	05/04/98	25-07-95	Conrat, habitação social - I	783.063,72	727.147,57	3,13%	33.377,72	814,73	
CGD / PER - Parcerias	17	10/02/98	04-03-98	Conrat, habitação social - I	2.811.802,35	2.845.744,35	1,17%	0,30%	12.516,22	
CGD / Unite benefíc. - Imobiliárias	14	Lei 2-A/2001, 8 Fev	Padé Vida da Concelho - I	997.595,79	897.838,21	4,80%	0,23%	65.816,21	987,33	
BES / Intempéries	14	Lei 2-A/2001, 8 Fev	Padé Vida do Concelho - I	1.998.191,95	1.696.153,27	4,86%	0,33%	58.767,84	2.092,53	
CGD / III QCA - Média 1,1	13	28/02/02	10-10-02	Santarem/Bávaro N/Esp/Lth. - I	404.674,25	384.630,53	1,75%	1,08%	21.380,26	
CGD / III QCA - Média 1,2 - Comb.	13	23/04/02	10-10-02	Rua das Comunhenses - I	237.917,36	210.001,98	1,75%	1,08%	16.846,85	
CGD / III QCA - Média 1,2 - Parcer.	13	23/05/02	10-10-02	Rua Vida Parceria - I	217.522,82	148.263,41	1,75%	1,07%	11.923,48	
EPI / PER - Anta	12	29/05/02	06-01-03	Conrat, habitação social - I	1.954.239,00	1.954.239,00	0,81%	0,22%	106.840,22	
CGD / PER - Guadim	12	35/09/02	10-03-03	Conrat, habitação social - I	443.906,00	443.906,00	0,81%	0,30%	27.080,03	
CGD / PER - Sistelde (53 fases)	12	35/02/02	17-02-03	Conrat, habitação social - I	1.042.605,00	1.042.605,00	0,81%	0,30%	50.492,98	
CGD / Saneamento Financeiro	10	55/1/05	07-07-05	Saneamento Financeiro - N	611.644,50	611.644,50	2,38%	0,33%	68.060,50	
Millenium BCP / Sanear, Phene,	9	18/79/06	05-01-07	Saneamento Financeiro - N	1.022.449,00	1.022.449,00	2,70%	0,09%	113.705,44	
Estado - DGTF / Prog. 277r	7	15/11/06	26-12-08	Pagamento dívidas fórmec. - N	986.078,00	986.078,00	4,54%	1,08%	191.215,60	
Estado - DGTF / PRDE	6	10/74/09	14-05-09	Pagamento dívidas fórmec. - N	328.056,00	328.056,00	1,46%	0,08%	85.673,20	
PAEL	3	16/05/12	05-04-13	Pagamento dívidas fórmec. - N	8.176.750,75	8.176.750,75	2,78%	2,78%	408.837,52	
									199.194,81	
									636.032,33	
									7.154.538,95	
									6.745.819,43	
Total									1.389.946,10	
									224.144,84	
									1.614.096,94	
									12.987.754,98	
									11.597.808,88	

I - Isento do Limite de Endividamento
N - Não Isento do Limite de Endividamento

ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL

	AA	AR	RU	AA + AR + RU
Custos e perdas				
CMVMC	0	0	0	0
Custo de aquisição de água em alta	0	0	0	0
Outros gastos com CMVMC	0	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	1.326.575	1.606.425	1.223.105	4.156.105
Custo do tratamento de efluentes em alta	0	1.560.000	0	1.560.000
Custo do tratamento de resíduos em alta	0	0	639.000	639.000
Outros FSE	1.326.575	46.425	584.105	1.957.105
Gastos com o pessoal	190.620	145.610	197.170	533.400
Amortizações do Exercício	331.800	419.700	6.800	758.300
Provisões do exercício	0	0	0	0
Outros gastos e perdas operacionais	0	0	0	0
(A) Custos e perdas operacionais	1.848.995	2.171.735	1.427.075	5.447.805
Custos e perdas financeiros	0	0	0	0
(C) Custos e perdas financeiros	1.848.995	2.171.735	1.427.075	5.447.805
Custos e perdas extraordinárias	0	0	253.600	253.600
(E) Custos totais	1.848.995	2.171.735	1.680.675	5.701.405
Resultado Líquido do Exercício	263.192	-283.625	-440.839	-461.272
Proveitos e Ganhos				
Vendas	2.112.187	0	0	2.112.187
Prestação de serviços	0	1.888.110	1.239.836	3.127.946
Impostos e taxas	0	0	0	0
Proveitos suplementares	0	0	0	0
Subsídios à exploração	0	0	0	0
Transferências de capital	0	0	0	0
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0
Outros proveitos operacionais	0	0	0	0
(B) Proveitos e ganhos operacionais	2.112.187	1.888.110	1.239.836	5.240.133
Proveitos e ganhos financeiros	0	0	0	0
(D) Proveitos e ganhos financeiros	2.112.187	1.888.110	1.239.836	5.240.133
Proveitos e ganhos extraordinários	0	0	0	0
Subsídios ao investimento	0	0	0	0
Outros proveitos e ganhos extraordinários	0	0	0	0
(F) Rendimentos totais	2.112.187	1.888.110	1.239.836	5.240.133
Resumo:				
Resultados operacionais	263.192	-283.625	-187.239	-207.672
Resultados financeiros	0	0	0	0
Resultados correntes	263.192	-283.625	-187.239	-207.672
Resultado Líquido do exercício	263.192	-283.625	-440.839	-461.272

Valores em Euros

Observações: No cálculo do tarifário de água, saneamento e resíduos sólidos foi considerada a alínea b) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, nos termos definidos nas recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - ESTUDO PREVISIONAL PARA 2016

Em cumprimento da alínea a) do Ponto 3.1.1 do POICAL, alterado pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, apresenta-se o estudo justificativo da receita a arrecadar em 2016 respeitante ao IMI.

No quadro seguinte é apresentado o montante a arrecadar do Imposto respeitante ao ano de 2015.

	ANTA-GUETIM	ESPINHO	PARAMOS	SILVALDE	Valor a transferir para Município
RÚSTICOS	775,75	2,58	231,38	205,69	0,00
URBANOS	1.330.609,12	2.564.637,74	382.048,82	689.307,88	4.916.937,52
TOTAL	1.331.384,87	2.564.640,32	382.280,20	689.513,57	4.916.937,52

De seguida, é apresentada a metade da média dos últimos 24 meses do IMI respeitante a anos anteriores que não o ano de 2015.

Ano	Mês	Valor Imposto Anos Anteriores
2013	Outubro	1.899,21
	Novembro	6.499,30
	Dezembro	8.970,22
2014	Janeiro	2.440,75
	Fevereiro	440,09
	Março	21.053,66
	Abril	4.976,38
	Maio	4.143,06
	Junho	20.959,76
	Julho	14.222,08
	Agosto	6.155,88
	Setembro	4.189,81
	Outubro	3.182,41
	Novembro	6.527,32
	Dezembro	2.993,58
2015	Janeiro	1.839,89
	Fevereiro	4.740,35
	Março	16.729,22
	Abril	6.617,64
	Maio	6.749,15
	Junho	11.776,84
	Julho	47.644,79
	Agosto	32.243,70
	Setembro	11.876,60
Metade da média dos últimos 24 meses		124.435,85

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS

Acordos de Execução

As verbas a serem transferidas no ano de 2016 ao abrigo dos acordos de execução celebrados, para efeitos do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 132.º e nos termos do artigo 133.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, nomeadamente as competências no âmbito de assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros são os seguintes:

Freguesia	Valor Fixo	Km Via	Km Via Limpeza pela JF	% Limpeza pela JF	Preço/Km Via	Valor Variável por Km Via	Habitantes (Censos 2011)	Valor Variável por habitante	Total	Valor Atualizado com base no FEF
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(2)x 100%	(5)=3x15 5€	(6)=(3)x(5)	(7)	(8)=(7)x(4)x 3€	(9)=(1)+(6)+(8)	(10)=(9)x (101,63%)
Anta e Guetim	12.000 €	68,17	48,85	71,7%	465 €	22.715 €	11.766	25.294 €	60.009 €	60.987 €
Espinho	12.000 €	37,80	1,85	4,9%	465 €	858 €	9.832	1.440 €	14.298 €	14.531 €
Paramos	12.000 €	35,42	32,19	90,9%	465 €	14.967 €	3.515	9.582 €	36.549 €	37.144 €
Silvalde	12.000 €	40,33	29,25	72,5%	465 €	13.602 €	6.673	14.520 €	40.122 €	40.775 €
Total	48.000 €	181,72	112,14	62%		52.142 €	31.786	50.836 €	150.978 €	153.437 €

(*) FEF: valores de 2015

Contratos Interadministrativos

As verbas a serem transferidas no ano de 2016 ao abrigo de contratos administrativos celebrados, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com artigo 131.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

No âmbito da delegação de competências na gestão de Praias:

Freguesia	Montante a Transferir
Paramos	20.000 €
Silvalde	20.000 €
Total	40.000 €

No âmbito da delegação de competências na manutenção de infraestruturas diversas:

Freguesia	Montante a Transferir
Anta e Guetim	30.000 €
Espinho	20.000 €
Paramos	40.000 €
Silvalde	45.000 €
Total	135.000 €

Os Documentos Previsionais do Município de Espinho, cujo Orçamento Importa tanto na Receita como na Despesa, no total de trinta e dois milhões, cento e setenta e dois mil e duzentos euros (32.172.200,00€), foram aprovados pela Câmara Municipal em reunião realizada em 30 de Outubro de 2015 para ser presente à Assembleia Municipal.

A CÂMARA,

Joaquim José Pinto Moreira

António Vicente de Amorim Alves Pinto

Leonor Cristina Costa Matos Ledo da Fonseca

Quarino Manuel Mesquita Jesus

José Barbosa da Mota

Carlos Augusto Ferreira de Melo Sárria

Luís Miguel Pereira Bernardes dos Santos Neto

ENCERRAMENTO

(Handwritten signatures in blue ink)

CÂMARA MUNICIPAL

Joaquim José Pinto Moreira
António Vicente de Amorim Alves Pinto
Leonor Cristina Costa Matos Lêdo da Fonseca
Quirino Manuel Mesquita de Jesus
José Barbosa da Mota
Carlos Augusto Ferreira de Melo Sárria
Luís Miguel Pereira Bernardes dos Santos Neto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Guy Alberto Correia da Costa Viseu
José Luís Machado Peralta
José Manuel Carmo da Silva
José Emanuel Teixeira Carvalhinho
Maria Alexandra Flor Pinho Silva Bastos
Maria Aurora da Costa Pereira Morais e Vingada
Ricardo Bastos Sousa
Jorge Manuel Pinto Oliveira Carvalho
Ana Paula Pereira Belinha
Alfredo Domingues da Rocha
Paulo Jorge Alves Moreira de Castro
Jorge Eduardo da Nave Pina
Bernardo Coelho de Lacerda Machado
Pedro Nuno Oliveira Tavares
Rita Figueiredo Reis Rola
Rosa Martins de Freitas Duarte
António Manuel Pinto de Oliveira
Manuela Alexandra Miranda Pinto Vilares da Silva
Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende
Luís Miguel Perdigão Carvalho Pinto
Henrique José Pedro Cierco
Nuno Pinto de Almeida
Rui Manuel Martins Torres
Manuel de Oliveira Dias
José Marco da Cunha Rodrigues

En
w/
~~scribble~~

Atribuições	Competências / Atividades da	Unidade Organizativa / Serviço	Chefe Divisão (CD)	Direção Intermédia de 3º Grau(01)	Técnico Superior(TS)	Coordenador Técnico (CT)	Assistente Técnico (AT)	Encarregado Operacional (EO)	Assistente Operacional (AO)	Carreiras Subsistenciais / Normadas	Anos de formação académica e/ou profissional	Total de Postos de Trabalho	Observações	
1) Exercer funções de secretariar na secretaria do Gabinete de Apoio à Presidência e Verapção	Cabinetes de Apoio à Presidência e Verapção										1	12 e Ano de Experiência	0	1

LEGENDA:

1) Atribuições de acordo com o vertido na Constituição da República Portuguesa (arts 235º e ss) em conjugação com o disposto nos arts 32º e ss da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e as disposições do artº 2º da LTP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

2) Caracterização das carreiras gerais nos termos do n.º 2 do artigo 8º e da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

N - Necessárias;

LP-Legitimas Previdenciárias;





Atribuições	Competências/Atividades (II)	Unidade Organizativa/Serviço	Chefe Divisão (CD)	Direção Intermediária de 3º Grau(DI)	Técnico Superior(TS)	Coordenador Técnico (CT)	Assistente Técnico (AT)	Encarregado Operacional (EO)	Assistente Operacional (AO)	Carreiras Substitutivas/ Níveis	Área de formação académica e/ou profissional	Total de Postos de Trabalho	Observações	
	Proceder ao registo contabilístico na ática patrimonial e de caixas; Atendimento aos fornecedores e o seu controlo.							1				12º Ano (Grau de complexidade 2)	0 1	
	Assegurar a regularidade contabilística da despesa e supervisionar o cumprimento das normas de contabilidade e fiscalização aplicáveis; Preparar os Documentos de Prestação de Contas; Controlo da cobranças dos recibos.				1							Licenciatura em Contabilidade e Administração(Grau de complexidade 3)	0 1	
	Mantenção da Tesouraria; Depósitos Bancários; Atendimento aos serviços emitentes de recetor.					1						12º Ano (Grau de complexidade 2)	0 1	
	Assegurar a eficiente gestão dos bens móveis municipais; Coordenar asアクções responsáveis à administração direta de todos os bens patrimoniais e à gestão da carreira de seguros; Assegurar a regularidade contabilística do immobilizado e do seu financiamento.											Licenciatura em Contabilidade e Gestão	0 1	
	Elaborar o cadastro e inventariar sistemática de todo o patrimônio municipal; Efectuar a conferência periódica entre o immobilizado e os correspondentes registos.					1						12º Ano (Grau de complexidade 2)	0 1	
	Elaborar o cadastro e inventariar sistemática de todo o patrimônio immobilizado do Município e assegurar a sua eficiente gestão; Promover e incentivar na matrizes gerais e na conservação do registo gráfico de todos os bens imóveis pertencentes do município; Garantir a receta da Internet aos serviços municipais, incluindo habilitação social.					1						12º Ano (Grau de complexidade 2)	0 2	
	Implementar o sistema de embrião coercitiva; Instruir e transmitir os processos de contra-ordenação dentro dos prazos legais.							2				12º Ano (Grau de complexidade 2)	0 2	
	Assegurar o apoio administrativo e de secretariado aos órgãos Municipais; Assegurar as responsabilidades relativas ao recrutamento eleitoral e aos seus eleitorais e informadórios; Assegurar a organização e dar sequência a todos os processos e assuntos de carácter administrativo quando não existam outras unidades orgânicas com essa vocação, designadamente a entidade de candidatos e autorizações;											Diretoria de Gestão Administrativa, Financiera e Turismo / Serviço de Modernização Administrativa	12º Ano (Grau de complexidade 2)	0 1
	Imprimir e instruir os respectivos processos relativos a licenciamentos diversos não abrangidos por outras unidades orgânicas; Assegurar a organização e dar sequência a todos os processos e assuntos de carácter administrativo quando não existam outras unidades orgânicas com essa vocação designadamente a emissão de cartões e autorizações.											9º Ano (Grau de complexidade 2)	0 1	
	Assegurar o expediente geral, designadamente responde e expedição de correspondência e de outros documentos; Efetuar atendimentos ao público.											12º Ano (Grau de complexidade 2)	0 1	
	Elaborar minutas de contratos e demais procedimentos necessários à sua execução; Monitorizar e controlar todo o tipo de contratos e protocolos do município com outras entidades; Assegurar a organização e dar sequência a todos os processos e assuntos de carácter administrativo quando não existam outras unidades orgânicas com essa vocação, designadamente a emissão de cartões e autorizações.											12º Ano (Grau de complexidade 2)	0 1	

Competências/Atribuições	Competências/Atribuições	Unidade Orgânica/Serviço	Chefe Divisão (CD)	Direção Interativa de Gruadu	Técnico Superior(TS)	Coordenador Técnico (CT)	Assistente Técnico (AT)	Carreira/Centro de Treinamento			Área de formação acadêmica e/ou profissional	Total de Postos de Trabalho	Observações
								Encarregado Geral Operacional (EGO)	Encarregado Operacional (EO)	Assistente Operacional (AO)			
Fiscalizar e fazer cumprir os regulamentos, posturas municipais e demais dispositivos legais relativos a áreas da ocupação da via pública, publicidade, trânsito, obras particulares, abertura e fechamento de estabelecimentos comerciais ou industriais, feiras e mercados, preservação do ambiente natural, remoção, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos, plásticos, domésticos e comerciais, preservação do patrimônio, segurança no trabalho, fiscalização preventiva do território designadamente na elaboração das competências sobre situações de notícia/cartidagens; Prestar informações sobre situações de feito com vista à instauração municipal para fins de sua solução específica; Executar as demandas que lhe seguem cumpridas por lei ou por despacho superior.	Proceder à limpeza no estúdio das Peças da Cenacife, garantir a manutenção do Bar e encopar e encarregar a execução de diversos serviços do Bar e encopar e encarregar a execução de diversos serviços correntes.										12º Ano + Curso de Física Municipal ministrado pelo CEFA;	1	3
Assegurar a conexão, administração, manutenção adequada e exploração dos sistemas informáticos constituintes, reles de comunicação, sites e bases de dados implantados, incluindo os respectivos sistemas de proteção, segurança e controlo de acesso da sua responsabilidade direta, atribuível à exploração de outras entidades; Cumprir e aplicar uma política de proteção de dados; Assegurar a implementação e gestão dos sistemas municipais de comunicações, comprendendo as redes de voz e dados, rede fixa, rede móvel, via rádio e sistemas de vigilância; Garantir o bom funcionamento das aplicações informáticas existentes e a utilização, estabelecendo pontos de contacto com os fornecedores responsáveis pelos mesmos; Promover as aplicações necessárias da preparação da informação georreferenciada para disponibilizar publicamente na página da Internet do Município.										Educabilidade Obrigatória (Grau de Complexidade 1)	0	3	
Gerir os sistemas de organização administrativa e funcional dos serviços municipais, em conformidade com as necessidades das unidades de serviços de atividades, da administração modernizada administrativa e do desenvolvimento territorial; Realizar projetos de investimento e desenvolvimento que visem a avaliação das tecnologias de comunicação adequadas para o município; Propor a aplicação de meios adequados à melhoria da eficiência e da produtividade dos serviços na utilização de métodos simplificando e de modernização administrativa.											Licenciatura em Engenharia Informática (Grau de complexidade 3)	1	6
Fornecer novos modelos de gestão dos serviços, orientados para os resultados através da manutenção da inovação; Estabelecer estudos e projetos voltados a implementar os mecanismos de descentralização e desconcentração de serviços municipais e recorrer a elas afetas; Assegurar a eficiência de desburocratização e simplificação administrativa, propriedade de meios de telecomunicação direcionados ao público no sentido de sistematizar a prestação de serviços, orientada a cidadania.											Licenciatura na área da Matemática (Grau de complexidade 3)	1	1



Competências/Atividades	Unidade Organizacional/Serviço	Censo/Censitário/Catálogo						Área de formação acadêmica e/ou profissional	Total de Postos de Trabalho	Observações
		Chefe Divisão (CD)	Diretoria Intermediária 3º Grau(DI)	Técnico Superior(TS)	Assistente Técnico (AT)	Coordenador Técnico (CT)	Encarregado Operacional (EO)			
A.M.E - Abandono Municipal de Espírito - Executar funções de chefia no Abandono se Municipio, nomeadamente, a concretizar, orientar e supervisão das atividades e recursos do Abandono; Promover e assegurar a proximidade dos Serviços aos Cidadãos, bem como, garantir a coordenação técnica e administrativa do atendimento, como unidade de eficiência e eficácia da accção; Identificar e controlar procedimentos de bloqueio, propondo as necessárias explicações de melhoria.	Município da Espírito				1 1			1 2º Ano de escolaridade - Grau de Complexidade 2;	1 1	1 Necessidade Permanente; 1 Mobilidade na categoria
A.M.E - Abandono Municipal de Espírito - Executar funções de chefia no Abandono na área administrativa, apoio logístico e financeiro de atendimento presencial e personalizado ao Municipio. Apoio à todos os Serviços da Autarquia; Assegurar os serviços de receção, prender ao mesmo os requerimentos e sua remessa aos Serviços respectivos, assim como, proceder à cobrança de todas as taxas.	Município da Espírito				2 6			1 2º Ano de escolaridade - Grau de Complexidade 2;	2 7	2 Necessidade Permanente; 2 Mobilidade na categoria
Desenvolver funções extensivas: a todos os serviços municipais, prestando apoio jurídico transversal no âmbito das atribuições do município; elaborar informações e pareceres; assegurar a instrução de processos disciplinares; realizar propostas de decisão final nos processos de contradição e competência da autarquia; elaborar propostas de normas internas e regulamentos; assegurar apoio técnico-jurídico aos serviços e órgãos surtuídos sobre questões ou processos que lhe sejam submetidos.								Licenciatura em Direito (Grau de complexidade 3)	0 1	
Elaborar Informações Técnicas-Jurídicas e de propostas de decisão final no âmbito dos processos contradisciplinares e outras da competência de autarquia; Prestar apoio e informar técnica-jurídica sobre questões ou processos que lhe sejam submetidos; Elaborar projetos de posturas e regulamentos municipais; Assegurar a instrução dos processos disciplinares a trabalhadores do Município; Acompanhar e assegurar as actuações da fiscalização da competência da autarquia; Executar outras actividades de apoio geral ou especializado, na área jurídica no quadro das atribuições do município.	Divisão de Gestão Administrativa, Financiaria e Turismo / Serviço de Apoio Jurídico							Licenciatura em Direito (Grau de complexidade 3)	1 0	1 Necessidade Permanente
Preparar as comissões protocolares que são da responsabilidade do Município, bem como dar apoio às reuniões protocolares que o Município, por intermédio das suas órgãos ou membros, estabeleça com entidades ou organizações civis, políticas, militares ou religiosas; Organizar e coordenar eventos promovidos pelo Município em articulação com os serviços municipais envolvidos. Colaborar ou organizar eventos onde o Município é parceiro ou co-organizador em articulação com os serviços municipais envolvidos. Coordenar e implementar drámatas comunitárias dedicadas à divulgação/promoção municipal; Articular e desenvolver campanhas de Marketing/comunicação do Município.								Licenciatura em Relações Públicas e Publicidade (Grau de Complexidade 3); Licenciatura em Relações Públicas e Informação (Grau de Complexidade 3);	2 1	2 Necessidade Permanente; 1 Mobilidade na categoria
Capítulo 4 desenvolvimento Marketing/comunicação do Município; Estabelecer contactos e elaborar estratégias de marketing/comunicação no âmbito da Administração, Finanças e Turismo / Serviço de Comunicação								Licenciatura em Gestão de Marketing (Grau de Complexidade 3);	2 1	2 Necessidade Permanente

Atribuições	Competências/Atividades	Unidade Orgânicas / Serviço	Chefe Divisão (CD)	Direção Interna da Gravatá (DI)	Carreiras/Carreiras/Categoria			Assistente Operacional (AO)	Assistente Técnico (AT)	Coordenador Técnico (CT)	Coordenador da Superintendência (CS)	Encarregado Geral Operacional (EGO)	Carreiras Subordinadas/ Normativas	Área de formação académica e/ou profissional	Total de Postos de Trabalho	Observações	
					Cadete	Oficial	Técnico										
Destinovar e criar meios e suportes de comunicação das actividades e eventos municipais através da organização e distribuição do Boletim Municipal; promover e organização da agenda cultural em articulação com todas as unidades operacionais do Município; Produzir e divulgação de materiais comunicacionais de carácter informativo para exposição publicitária; identificar e divulgação de informação municipal; Desenvolvimento das tradições na área administrativa; funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos respeitantes à fina.	Funções de atendimento telefónico/ponto de atendimento esclarecimento; apoio telefonico e todos os serviços da Autarquia e seu encaminhamento.				1	1								Lic. em Design Industrial; Grau de Complexidade 3;	1	1	1. Necesidade Permanente
Implementação de ações de desenvolvimento turístico para o Comércio e Turismo local, regional, nacional e internacional; Elaboração de circuitos e percursos turísticos; organização de iniciativas que tem por objetivo valorizar e promover os meios turísticos locais; Programar, encetiar a coordenação, apoio de promoção e atração turística do Concelho, em parceria com entidades do setor; Elaborar e organizar condições para suportes de divulgação turística; Coordenação dos serviços da Loja Interativa do Turismo.	Atendimento presencial e permanente na Loja Interativa do Turismo, a visitantes e munícipes; Recolha e atualização da informação turística disponível na Loja Interativa; Recolha e organização dos conteúdos da agenda mensal; Apoio às atividades realizadas no âmbito do desenvolvimento do turismo local.				1								Licenciatura em Turismo (Grau de Complexidade 3);	0	1		
Atendimento presencial e permanente na Loja Interativa do Turismo, a visitantes e munícipes; Atualização de bases de dados diversos (Aluguelamento, Restauração, Artesanato e outros); Resposta a pedidos de merchandising e informações variadas sobre Espinho; Apoio às atividades realizadas no âmbito do desenvolvimento do Turismo local.	Atendimento presencial e permanente na Loja Interativa do Turismo, a visitantes e munícipes; Elaboração de textos de divulgação turística; Elaboração de pareceres e chaves de facturação. Apoio às atividades realizadas no âmbito do desenvolvimento do turismo local.												Licenciatura Relações Públicas (Grau de Complexidade 3);	0	1		
Suporte de necessidades; Incorporação de documentação das obrigações da C.M.E.; Srvicos de estamento do Arquivo Municipal; Contencioso da documentação e seu acondicionamento; Manutenção e manuseio de documentação; Contagens de tempo de serviço de funcionários para efeitos de aposentação; Apoio a investigadores; Pesquisa e fornecimento de documentação a estudantes/investigadores; Pesquisa e fornecimento de inquirição aos vários departamentos; Revisão de estradas e saídas das respectivas documentações na base de dados.	Suporte de necessidades; Incorporação de documentação das obrigações da C.M.E.; Srvicos de estamento do Arquivo Municipal; Contencioso da documentação e seu acondicionamento; Manutenção e manuseio de documentação; Contagens de tempo de serviço de funcionários para efeitos de aposentação; Apoio a investigadores; Pesquisa e fornecimento de documentação a estudantes/investigadores; Revisão de estradas e saídas das respectivas documentações na base de dados.												12º Ano e Curso Técnico Profissional de B.A.D	0	2		
1.)														Escolaridade Obrigatória (Grau de complexidade 1)			





Atribuições	Competências/Atividades	Centro/Centrais/Chuvas						Área de formação acadêmica e/ou profissional	Total de Postos de Trabalho	Observações
		Unidade Orgânica / Serviço	Chefe Divisão (CD)	Divisão Interna de Gestão(DI)	Técnico Superior(TS)	Coordenador Técnico (CT)	Assistente Técnico (AT)	Assistente Operacional (AO)		
Verificação do preenchimento das guias de remessa; Apoio documental a estudantes/investigadores; Pesquisa e formulamento de legislação aos vários departamentos; Controle de tempo de serviço de funcionários para vários departamentos; Higienização e restauração de documentos; Pesquisa de documentação para vários serviços; Verificação da documentação a eliminar; Incorporação da documentação a eliminar a unidades da C.M.E.; Serviço de atendimento ao Arquivo Municipal; Arquivo do documento; Serviço de recepção.	Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Documentação Turística / Serviço de Arquivo Municipal								2	12º Ano (Grau de complexidade 2);
Coordenação do Arquivo Municipal; verificação do preenchimento das guias de remessa; apoio documental a estudantes/investigadores; pesquisa e formulamento de legislação aos vários departamentos; contagens de tempo de serviço de funcionários para vários departamentos; higienização e restauração de documentos; pesquisa de documentação para vários serviços; verificação da documentação a eliminar; incorporação da documentação das unidades da C.M.E.; serviço de atendimento ao Arquivo Municipal; arquivo de documentação contente; gestão do Programa GISA.									1	Licenciatura em Línguas e Literaturas Clássicas & Português. Especialização em Ciências Documentais, variante Arquivo (Grau de complexidade 3)

CONTENDS

- REGULAMENTO** **Art. 1º** As reuniões de estudo têm o veredito na Constituição da República Portuguesa [arts. 235º e ss.] em conjugação com o disposto nos arts. 20º e ss. da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e as disposições do artº 29 da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

卷之三

卷一

Páginas Pretextos

Competências/Atribuições ou Atividades	Unidade Orgânica/Serviço	Círculo/Centro/Expediente						Área de formação acadêmica e/ou profissional	Total de Postos de Trabalho	Observações
		Chefe Divisão (CD)	Divisão Interna 3º Grau(DI)	Técnico Superior(TS)	Coordenador Técnico (CT)	Assistente Técnico (AT)	Encarregado Geral Operacional (EGO)	Assistente Operacional (AO)		
Elaborar ofícios em resposta a notificações das Promotorias, Tribunais e outras entidades, em que os mesmos são informados da situação contrárial e respetivo encaminhamento dos trabalhadores com provas de diversas naturezas; Inscrever na aplicação informática os descontos comunitários pagos pelas entidades referidas bem como, as demais comunicações necessárias; Garantir que os trabalhadores estejam no mesmo nível a NUVIS; Elaborar os mapas de risco anuais das Informações as vítimas participantes de audiência no serviço, incidente fletas, maternidade, licenças sem remuneração, faltas, para a concretização dos vencimentos; preparar os processos de verificação da doença e finta médica; nomear os fiscais de posto para as divisões ou serviços com competências e contas correntes decorrentes do trabalho complementar e encarregar os descontos correspondentes, nomeadamente verificando as regras nos termos da lei biométrica, solicitando aos dirigentes e responsáveis adequada fundamentação, carente de lâmina legal no que se refere ao trabalho suplementar; Garir os descontos complementares e contas correntes decorrentes do trabalho complementar de todos os trabalhadores; Verificar o cumprimento do Regulamento Interno de Horários de Trabalho da CNE no que se refere às competências atribuídas; Manter atualizado o próprio alteranças nos subprocessos, IT e PTT e efetuar no âmbito do SISQ da Divisão de Gestão de Recursos Humanos; Entrar e arquivar nos processos individuais o mapa anual de assistuidade.							12º Ano (Grau de Complexidade 2)	0	1	
Elaborar ofícios em resposta a notificações das Promotorias, Tribunais e outras entidades, em que os mesmos são informados da situação contrárial e respetivo encaminhamento dos trabalhadores com provas de diversas naturezas; Inscrever na aplicação informática os descontos comunitários pagos pelas entidades referidas bem como, as demais comunicações necessárias; Garantir que os trabalhadores estejam no mesmo nível a NUVIS; Elaborar os mapas de risco anuais das Informações as vítimas participantes de audiência no serviço, incidente fletas, maternidade, licenças sem remuneração, faltas, para a concretização das vencimentos; preparar os processos de verificação da doença e finta médica; nomear os fiscais de posto para as divisões ou serviços com competências e contas correntes decorrentes do trabalho complementar de todos os trabalhadores; Controlar nomeadamente verificando os relatos nos termos biométricos, solicitando aos dirigentes e responsáveis adequada fundamentação, constância dos limites legais no que se refere ao trabalho suplementar; Garir os descontos complementares e contas correntes decorrentes do trabalho suplementar de todos os trabalhadores; Verificar o cumprimento do Regulamento Interno de Horários de Trabalho da CNE no que se refere às competências atribuídas; Entrar e arquivar nos processos individuais o mapa anual de assistuidade.							12º Ano (Grau de Complexidade 2)	0	1	



Atribuições	Competências / Atividades ⁽¹⁾	Unidade Organizaç/ Serviço	Centro / Comitê / Setor/Coletivo					Área de formação acadêmica e/ou profissional	Total de Postos de Trabalho	Observações
			Chefe Divisão (CD)	Diretiva Intermédia de 3º Grau(DI)	Técnico Superior(TS)	Coordenador Técnico (CT)	Assistente Técnico (AT)			
	Garantir o atendimento da Divisão de Gestão de Recursos Humanos diariamente; proceder às inscrições, encadernamentos, renovações dos cartões da ADSE; proceder às alterações de dados pessoais dos trabalhadores e suas famílias; classificar e arquivar a correspondência da Divisão de Gestão de Recursos Humanos; analisar os documentos encaminhados (anexo de situação escolar) para efeitos de renovação da ADSE para registo na ADSE DIRETA; proceder à análise a controlo do assunto trabalho/estudante; elaborar das massas mensais nos termos definidos; processar as comodatizações dos trabalhadores referentes à ADSE; digitalizar, proceder aos registo e finalizar em papel na aplicação informática.							12º Ano (Grau de Complexidade 2)	0	2
	Processar os vencimentos dos trabalhadores, de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente, descontos obrigatórios, abonos, reduções remuneratórias, suspensão ou redução dos subsídios, consequente os casos impostos por lei; organizar, manter atualizados os protocolos individuais e as aplicações informáticas; elaborar mapas e ficheiros de descontos para diversas entidades; atualizar os elementos referentes à mudança de nível remuneratório dos trabalhadores; contabilizar a processar o trabalho suplementar; estabelecer/ender os recibos de vencimentos aos trabalhadores.							12º Ano (Grau de Complexidade 2)	0	2
	Promover o recrutamento e seleção dos trabalhadores municipais; organizar as ações de acolhimento de novos trabalhadores; elaborar e acompanhar administrativamente os procedimentos contratuais; instruir os pedidos de apresentação, fornecendo justificativa de contratação de tempo de servido e circunstâncias; elaborar textos (aviso, despachos, etc) com vista à publicação em Diário da República; atualizar o mapa de trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas; a termo resolutivo, certo ou interino (extinção, renovação, cessação); diligenciar a publicitação por situação no serviço e inserção na página eletrónica do município; elaborar e acompanhar administrativamente os procedimentos contratuais do pessoal dirigente; elaborar os relatórios referentes à análise da Divisão de Gestão de Recursos Humanos; proceder ao controlo dos pedidos de acumulação de férias; Analisar e controlar os pedidos de licença sem remuneração.						Divisão de Gestão de Recursos Humanos	0	2	
	Recolher toda a documentação referente à Divisão de Gestão de Recursos Humanos; elaborar os indicadores que permitem quantificar os tempos médios de resposta e outros; organizar todo o processo, que é solicitada a medida dos trabalhadores a autorizada pelos superiores hierárquicos; planejar e organizar as ações de formação internas e externas tendo em vista a valorização profissional dos trabalhadores e a elevação dos indicadores de preparação necessários ao exercício de funções e à melhoria do funcionamento das diferentes serviços; elaborar o relatório anual de formação e proposta à sua divulgação, execução e avaliação; esclarecer os trabalhadores sobre o procedimento da formação; Pesquisar e consultar de diversos sites institucionais e de outras com o objetivo de difundir normas, notícias informativas e outras relevantes para a gestão dos recursos humanos; Garantir o atendimento da Divisão de Gestão de Recursos Humanos diariamente.							12º Ano (Grau de Complexidade 2)	0	1

ESPINHO
Câmara Municipal

Atribuições	Competências/Atividades (1)	Unidade Organizativa/Serviço	Chefe Divisão (CD)	Dirigido Intermédia de 3º Grau(DI)	Técnico Superior(TS)	Coordenador Técnico (CT)	Assistente Técnica (AT)	Encarregado Operacional (EO)	Assistente Operacional (AO)	Careiras Substitutivas/ Nominação	Área de formação académica e/ou profissional	Total de Postos de Trabalho	OBSERVAÇÕES
1)	Registar todo o documentação referente à Divisão de Gestão de Recursos Humanos; elaborar os indicadores que permitem garantir os benefícios máximos de resposta e suporte; organizar toda a formação, que é solicitada a partir das trabalhadoras e autorizada pelos superiores hierárquicos; planear e organizar as ações de formação internas e externas tendo em vista a valorização profissional dos trabalhadores e a efetivação dos indicadores de preparação necessários ao desempenho das funções e à manutenção do funcionamento das diferentes unidades; elaborar e relatar anual de formação e proceder à sua divulgação, execução e avaliação; elaborar, encabeçar, organizar e proceder ao preenchimento da formação; promover a consulta de diversos sítios institucionais e de outras, com o objectivo de difundir normas, rotinas informativas e outras relevantes para a gestão dos recursos humanos; identificar e propor alterações nas suposições, IT's e PT's anuais no âmbito do SGQ da Divisão de Gestão de Recursos Humanos; Abastecer da Imprensa da Divisão de Gestão de Recursos Humanos; Comptar todo o informe relativamente ao mapa de utilizadores; Manter atualizado o mapa relativamente ao registo de ocorrências e plano de ações; Garantir o atendimento da Divisão de Gestão de Recursos Humanos diariamente.	DIVISÃO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS									Licenciatura em Português e Francês	0	0

LEGENDA

1) Atribuições da unidade com o vertido na Constituição da República Portuguesa (artsº 23ºP e ss) em conjugação com o disposto nos artºs 32º e ss da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e as disposições do artº 2º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 25/2014, de 20 de junho.

2) Caracterização das carreiras definida nos termos do n.º 2 do artigo 85.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

N = Não condicionado;

U=Urgente Precondicionado;





Atribuições	Competências/Atividades:	Unidade / Serviço	Cargos / Estatutários / Categorias						Área de formação académica e/ou profissional	Total de Postos de Trabalho	Observações
			Chefe Divisão (CD)	Dirigente Intermediária de 3º Grau(DI)	Técnico Superior(TS)	Coordenador Técnico (CT)	Assistente Técnico (AT)	Encarregado Geral Operacional (EGO)	Assistente Operacional (AO)		
	Condução de viaturas ligeiras, prestando ao transporte de pessoas da acordo com as necessidades dos serviços municipais; Apelo aos órgãos autárquicos.									3	
	Condução de viaturas ligeiras, pesadas, transportes coletivos especiais, procedendo ao transporte a máquinas ou veículos, bem como de passageiros e máquinas ou veículos, mercadorias da acordo com as necessidades dos serviços municipais;									10	
	Exerce a vigilância da respetiva área dos Armazéns Municipais que esteja sob a sua responsabilidade, assegurando a verificação de todas as condições básicas da segurança, a fim de prevenir a ocorrência de eventuais incidentes; regista todas as entradas e saídas de pessoas e viaturas nas instalações durante o período em causa; controla o sistema de alarme e fazem as medidas que se impõem em casos de emergência, comunicando com as entidades competentes para intervenção em cada situação, a quem presta a sua colaboração; elabora relatórios sobre a atividade desenvolvida em cada período de vigilância.									4	
	Opera veículo automotor tipo escavadora, adionando os comandos de marcha e direção, condizendo-o em trajeto indicado, para movimento, escavação e extração de materiais, tanto a curta e longa distância.									1	
	Lubrificador / Lubrificador + procede à lubrificação por pressão e ou gravidade dos pontos de lubrificação ou equipamentos ande haja ato, utilizando ferramentas adequadas, óleos e massas lubrificantes com vista à conservação e normal funcionamento. Recolhe despejos de óleos ou massa; Verifica e enche até à altura requerida os níveis da óleo lubrificante das máquinas. Muda lubrificantes nos capas, sapatos, roupamento, embraiagens, articulações e outros. Perige, é tentado de fazer pequenas afinações, apertar peças com folga ou tornar a tampa do encanamento para Serviços Básicos e Ambiente									1	
	Acompanhar as intervenções de entidades externas no âmbito da sua área de intervenção; Colaborar com a Divisão de Obras Municipais na elaboração/execução dos projectos e empreitadas específicas da divisão; Colaborar na elaboração dos catálogos dos sistemas de distribuição de água, saneamento e sistemas de drenagem de águas pluviais, em cumprimento das disposições legais em vigor; Analisar criticamente as propostas de errata e emendas de projecto e de trabalhos a mais a menos, nos termos da lei de contratação pública, de procedimentos concorrentes sobre matérias da sua competência.									1	
	Funções de Chefia Técnica e Administrativa em subunidades orgânicas ou serviços, por cujas resultantes é responsável. Realização das actividades de programação e organização do trabalho do pessoal que coordena a responsabilidade na avaliação dos trabalhadores atentos ao seu serviço segundo orientações e directivas superiores. Funções exercidas com relativo grau de autonomia e responsabilidade.									1	
1.)											



LEGENDA

^{11) Atribuições devidas com a verba na Constituição da República Portuguesa (artsºs 213º e ss) em conjugação com o disposto nos artsºs 32º e ss da Lei nº 75/2013, c.}

Digitized by srujanika@gmail.com

卷之三

二

Chennai/Cambodia/Cambodia

Atividades	Competências / Atividades (a)	Unidade Orgânica / Serviço	Cente Divisão (CD)	Direção Integrada de Grau 01	Técnico Superior(TS)	Coordenador Técnico (CT)	Gestão/Controlo/Capacitação			Carreiras Substitutivas/ Normadas	Área de formação académica e/ou profissional	Total de Postos de Trabalho	Observações
							Assistente Técnico (AT)	Endereçamento Geral Operacional (EGO)	Assistente Operacional (AO)				
Cabotaristas - Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mediático, enquadradas em diretrizes gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis; tarefas de apoio elementares indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico; responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correcta utilização, procedendo quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.											Escaladade Obrigatória (Grau de complexidade 1)	0	6
Carpinteiros - Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mediático, enquadradas em diretrizes gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis; tarefas de apoio elementares indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico; responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correcta utilização, procedendo quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.										Escaladade Obrigatória (Grau de complexidade 1)	0	6	
Eletrotécnicos - Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mediático, enquadradas em diretrizes gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis; tarefas de apoio elementares indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico; responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correcta utilização, procedendo quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.										Escaladade Obrigatória (Grau de complexidade 1)	0	6	
Pedreiros - Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mediático, enquadradas em diretrizes gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis; tarefas de apoio elementares indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico; responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correcta utilização, procedendo quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.										Escaladade Obrigatória (Grau de complexidade 1)	0	2	
Serralheiros - Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mediático, enquadradas em diretrizes gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis; tarefas de apoio elementares indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico; responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correcta utilização, procedendo quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.										Escaladade Obrigatória (Grau de complexidade 1)	0	1	
Trelixeiros - Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mediático, enquadradas em diretrizes gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis; tarefas de apoio elementares indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico; responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correcta utilização, procedendo quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.										Escaladade Obrigatória (Grau de complexidade 1)	0	6	
Artilhadores - Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mediático, enquadradas em diretrizes gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis; tarefas de apoio elementares indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico; responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correcta utilização, procedendo quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.										Escaladade Obrigatória (Grau de complexidade 1)	0	3	



- LEGENDA:**
1) Atribuição de licença com o vencimento na Constituição da República Portuguesa (artigos 235º e ss.) em conjugação com o disposto nos artigos 32º e ss da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e as disposições do artº 2º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 38/2014, de 20 de junho.

N = Wechselwirkung

Atribuições	Competências / Atividades	Unidade / Serviço	Chefe Divisão (CD)	Oficiário Internário de 3º Grau(01)	Técnico Superior(TS)	Coordenador Técnico (CT)	Assistente Técnico (AT)	Encarregado Geral Operacional (EGO)	Assistente Operacional (AO)	Área de formação académica e/su profissional	Carreiras Subsidiárias/ Nomeadas	Total de Postos de Trabalho	Observações
Serviço de levantamento/rouparia, controlo de produtos do setor, Recolha e utentes, efetua e controla a aplicação do tratamento de águas, Balneoterapia, apoio fisioterapeuta, apoio à limpeza e higienização dos setores, apoio a recolha e serviço administrativo.							1			12º Ano (Grau da Complexidade 2)	0	1	
Atendimento telefónico e presencial, serviço administrativo, controlo de tratamentos, arquivo, biblioteca, restaurante, gestão informática, apoio de pessoas, pessoal e armazém guias (A3, A2, A1), registo de reclamações. Gestão de stock de produtos.							1			12º Ano (Grau da Complexidade 2)	0	1	
Atendimento telefónico e presencial, serviço administrativo, controlo de tratamentos, arquivo, biblioteca, restaurante, gestão informática, pessoal e armazém guias, registo de reclamações, apoio informático e técnico de equipamentos.							1			12º Ano (Grau da Complexidade 2)	0	1	
Responsável pela gestão da pessoa do balneário marinho, stock, recarga de algas e apoio ao planeamento de actividades do balneário e piscina solar térmico e salão da piscina solar térmico.							1			Escolaridade Obrigatória (Grau de Complexidade 1)	0	1	
Atendimento telefónico e presencial, serviço administrativo, controlo de tratamentos, arquivo, biblioteca, restaurante, gestão informática, gestão de pessoas, pessoal e armazém guias (A3, A2, A1).							1			Escolaridade Obrigatória (Grau de Complexidade 1)	0	1	
Serviço de limpeza, higienização e manutenção dos recursos materiais e/su instalações.							1			Escolaridade Obrigatória (Grau de Complexidade 1)	0	1	
Recolhe e utentes, efetua e controla a aplicação dos tratamentos. Apoio fisioterapeuta, apoio de limpeza e higienização do setor.							1			Escolaridade Obrigatória (Grau de Complexidade 1)	0	1	
Serviço de levantamento/rouparia, controlo de produtos do setor, Recolha e utentes, efetua e controla a aplicação do tratamento de águas, Balneoterapia, apoio fisioterapeuta, apoio de tratamentos e serviço de limpeza e higienização dos setores.							1			Escolaridade Obrigatória (Grau de Complexidade 1)	0	1	
Serviço de limpeza no setor de homens, recolha e aplicação dos tratamentos e apoio fisioterapeuta/motor/aos utentes.							1			Escolaridade Obrigatória (Grau de Complexidade 1)	1	1	
Vigilância no tanque da piscina pública e seguimento de rotina (síntese/medida dos utentes, registo e controle das análises, tratamento da água, aspiração de tanque e limpeza do cais, Controlo e gestão de preços). Recolha de águas.							1			Escolaridade Obrigatória (Grau de Complexidade 1)	0	1	
Vigilância no banheiro da piscina, garantia e apoio fisioterapeuta, registo e controlo das análises, tratamento de água, aspiração de tanque e limpeza do cais, Controlo e gestão de preços. Recolha de águas.							1			Escolaridade Obrigatória (Grau de Complexidade 1)	0	1	
Supervisão da cadeira e equipamentos, manutenção dos recursos materiais e/su instalações.							1			Escolaridade Obrigatória (Grau de Complexidade 1)	0	3	
Emissa vigência noturna às instalações da Piscina Sulário Atletismo.							1			Licenciatura em Gestão Desportiva ou Educação Física e Desporto (Grau de complexidade 3)	0	1	
Responsável técnico para polivalência e Pavilhão de Ata, Colaborador na planificação e execução do plano de actividades da DD e outras eventuais							2			12º Ano (Grau da Complexidade 2)	0	1	
Serviço administrativo, emissões de guias, requisições e mapas de ocupação.							1						



10

- ESCRITÓRIO**) Atualização de acordo com o veredito na Constituição da República Portuguesa (arts 23º e ss) em conjugação com o disposto nos arts 32º e ss da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e as disposições do artº 2º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho.

112 • JGIM

卷之三



Atribuições	Competências/Atribuições	Organização/Reunião	Atividade	Crescer/Comunicação/Cooperativa				Área de formação académica e/ou profissional	Total de Postos de Trabalho	Observações
				Chefe Diretivo (CD)	Intendente de 3º Grau (OI)	Técnico Superior (TS)	Coordenador Técnico (CT)			
	Promover os Chaves Técnicas e Administrativas em subunidades empolgadas ou serviços, por cujas responsabilidades 4 respondeável, estabelecendo das atribuições de programação e organização do trabalho do pessoal que coaduna a responsabilidade na avaliação dos trabalhos realizados ao seu serviço segundo critérios e diretrizes superiores. Funções exercidas com relativa grau de autonomia e responsabilidade.			1				1. Chefe de Serviços de Administração Escolar	12º Ano (Grau de Complexidade 2)	1. Chefe de Administração Escolar
	Participar no desenvolvimento do projeto educativo da escola, promovendo-a através da execução de funções nas subunidades de Administração e de Apoio à Família (AAAF) e no Centro de Apoio à Família (CAF), prestando apoio aos professores, docentes e encarregados de educação entre a direção das subunidades, assegurando uma estrutura colaborativa no processo educativo. Participação no desenvolvimento das atividades, estabelecendo e fornecendo informação pela iniciativa nas subunidades das funções de Administração e Apoio à Família (AAAF) e do Centro de Apoio à Família (CAF) ou outros que sejam considerados necessários.					3	1.º	1. Licenciatura em Unesco e Literatura Moderna	11º Ano (Grau de Complexidade 2)	0 2
1)	Desenvolver Planos de restauração escolar, de aplicação de regras e princípios, com base em diretrizes bem definidas e instruções escritas, de grau médio de complexidade, nas áreas de ação comunitária e instrumentais e nos vários domínios de estratégia dos serviços que fazem constar do Orçamento do Inventário, incluindo a gestão da educação e do ensino, da construção/reparação de edifícios, actividades de ambiente e de apoio à família, correspondente de apoio à família, instituições, fundos sociais, incentivos, apoio, capacitação e outras projectos, programas e actividades no âmbito das áreas da educação e da juventude.		Diretor de Educação e Desporto					3. Licenciatura em Educação Infantil;	1.º	3. Licenciatura em Ciências da Educação Infantil;
	Desenvolver Planos de restauração escolar, de aplicação de regras e princípios, com base em diretrizes bem definidas e instruções escritas, de grau médio de complexidade, nas áreas de ação comunitária e instrumentais e nos vários domínios de estratégia dos serviços que fazem constar do Orçamento do Inventário, incluindo a gestão da educação e do ensino, da construção/reparação de edifícios, actividades de ambiente e de apoio à família, correspondente de apoio à família, instituições, fundos sociais, incentivos, apoio, capacitação e outras projectos, programas e actividades no âmbito das áreas da educação e da juventude.							3. Licenciatura em Ciências da Educação Infantil;	1.º	3. Licenciatura em Ciências da Educação Infantil;
	Plano de controlo das instalações da carreira administrativa operacional preventiva nas escolas, manutenção e organização das escolas, trabalhos, direcionado para a realização de rotulagem e instrumentais e instrumentos de trabalho, organização de horários, cinturão e solicitação de material para o serviço, reposta à direção da escola e actividade de assistir, colaborar na avaliação das trabalhadeiras existentes.						7	1. Necesidade Parcialmente, 1. Necesidade na categoria	12º Ano (Grau de Complexidade 2)	1 6
	Plano de controlo das instalações da carreira administrativa operacional preventiva nas escolas, manutenção e organização das escolas, trabalhos, direcionado para a realização de rotulagem e instrumentais e instrumentos de trabalho, organização de horários, cinturão e solicitação de material para o serviço, reposta à direção da escola e actividade de assistir, colaborar na avaliação das trabalhadeiras existentes.							1. Necesidade Parcialmente, 1. Necesidade na categoria	12º Ano (Grau de Complexidade 2)	1 6
	Garantir o funcionamento das estabelecimentos da escola em termos de organização, higiene e limpeza, garantir a guarda das caixas, vigilância e acompanhamento dos alunos, Apoio à realização esportiva, atividades de animação e de apoio à família, componente de apoio à família, atividades de empoderamento comunitário, visitas de estudo, programas de férias, entre outras. Comunicação e uso adequado de material e instrumentos. Participação no desenvolvimento da actividade e tarefas definidas pelo mestre/presidente do conselho de classe das estabelecimentos de ensino ou outras que possam ser realizadas segundo critérios e diretrizes necessárias.							2. Necesidade Parcialmente, 2. Necesidade na categoria	Excellence Obligatória (Grau de Complexidade 1)	2 2
1)	Garantir o funcionamento das estabelecimentos da escola em termos de organização, higiene e limpeza, garantir a guarda das caixas, vigilância e acompanhamento dos alunos, Apoio à realização esportiva, atividades de animação e de apoio à família, componente de apoio à família, atividades de empoderamento comunitário, visitas de estudo, programas de férias, entre outras. Comunicação e uso adequado de material e instrumentos. Participação no desenvolvimento da actividade e tarefas definidas pelo mestre/presidente do conselho de classe das estabelecimentos de ensino ou outras que possam ser realizadas segundo critérios e diretrizes necessárias.							2. Necesidade Parcialmente, 2. Necesidade na categoria	Excellence Obligatória (Grau de Complexidade 1)	2 2





Atribuições	Competências / Actividades ISS	Unidade Organizacional / Serviços	Unidade Organizacional / Serviços	Chefe / Diretor (CD)	Direcção Intermediária do 3º Grau(DI)	Técnico Superior(TS)	Coordenador Técnico (CT)	Assistente Técnico (AT)	Encarregado Geral Operacional (EGO)	Encarregado Operacional (EO)	Assistente Operacional (AO)	Classe(s) Substitutiva(s)/ Normativa(s)	Área de formação académica e/ou profissional	Total de Postos de Trabalho	Observações
1)	Ganhar e funcionamento dos estabelecimentos de ensino em termos de organização, higiene e limpeza, garantir a guarda dos empregos, vigíncia e acompanhamento dos alunos. Apoio às reuniões escolares, atividades de animação e de apoio à família, componente de apoio à família, atividades de encorajamento curricular, visitas de estudo, programas de férias entre outros. Contribuir para o desenvolvimento de material e instalações, participação no desenvolvimento de projetos, atividades e tarefas definidas pelo ministro no âmbito dos serviços dos estabelecimentos de ensino ou outras que pela entidade empregadora sejam consideradas necessárias.													10	Necessidades Tratadas:

LEGENDA

- 1) Atribuições de acordo com o verbete na Constituição da República Portuguesa (artigo 235º e ss) em conjugação com o disposto nos artigos 32º e ss da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e as disposições do artigo 29º da LITP, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.
 - 2) Caracterização das carreiras definida nos termos do n.º 2 do artigo 86.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.
- N = Necessidades;
LP=Locais Presenchados;



Atribuição	Competências/Atribuições	Unidade Orgânica/Benfício	Ensino/Educação/Capacitação												Área de formação acadêmica e/ou profissional	Total de Postos de Trabalho	Observações		
			H	I	II	III	IV	V	VI	IP	H	LP	H	EP	H	LP			
1.1	Ensinar das competências descritas no artigo 1º e 16º do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais e suas competências emanadas no Estatuto do Pessoal Dirigente.																Licenciatura Preferencialmente em Arquitetura (Grau de complexidade 1)	1	1. Necesidade Permanente
1.2	Proceder ao tratamento das procedimentos administrativos e justicia dos processos de planejamento, integrando as componentes de apoio, organização e encaminhamento dos processos e significativa no âmbito das competências da Unidade de Obras, Participações e Manutenções																12º Ano Extraordinário (Grau de complexidade 2). Licenciatura em Administração Pública (Grau de complexidade 1).	0	0
1.3	Prover e prestar urbanística e justica das provisões do planejamento, integrando as componentes de planejamento, licenciamento e gestão das provisões de obras particulares, bem como a aplicação de fiscalização técnica.																Licenciatura em Engenharia Civil (Grau de complexidade 3)	0	2
1.4	Aqueduto em serviços relevantes à operações urbanísticas integradas pelo regime jurídico de urbanização e edificação, subjetivo e concreto privado nos territórios da lei. Aprovar propositos de licenciamento que se refiram à utilização do espaço público, seja sua implantação e funcionamento.																Licenciatura Arquitetura (Grau de complexidade 1)	0	1
1.5	Auxiliar os pedidos relativos a operações urbanísticas de interesse legal, bem como de procedimentos de licenciamento para o PDEZ e autorizações pelo regime jurídico urbanização e edificação, subjetivo e controlado previsto nesses termos da lei.																Licenciatura em Engenharia Civil-Ramo Vias (Grau de complexidade 3)	0	1

11

1) Atribuições das ações de acordo com o verificado na Concretização Participativa (artigo 235º, n.º 8), em conformidade com o disposto no artigo 236º, n.º 8 da Lei nº 75/2013, da lei 52 de setembro de 2013 ou disponibilizado no artigo 29º da LTFP; aprovado pela Lei n.º 33/2014, de 20 de junho;

通志

11 - 11



Atribuições	Competências/Atividades (n)	Unidade Organizacional/Serviço	Chefe Divisão (CD)	Carreiras/Certificações/Certidões												Área de formação académica e/ou profissional	Total de Postos de Trabalho	Observações				
				Dirigente Intermediária do 3º Grau(DI)	Técnico Superior(TS)	Técnico Técnico (CT)	Assistente Técnico (AT)	Encarregado Operacional (EO)	Assistente Operacional (AO)	Careiras Subsistenciais/ Normadas	H	D	N	LP	N	LP	N	LP	N	LP		
1)	Gerir o cais municipal; Almoxarifaria e serviço médico-veterinário em todas as suas vertentes;	Serviços Município-Veterinário Municipal																			Licenciatura em Medicina Veterinária (Grau de competência 3)	0 1
	Maintendo canis; Tratamento dos animais colocados no Canil; Apoio ao veterinário municipal																				Especialização Clínica/veterinária (Grau de competência 1)	0 1

LEGENDA:

1) Atribuições de acordo com o verbo na Constituição da República Portuguesa (arts 235º e ss) em conjugação com o disposto nos arts 22º e ss da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e as disposições do artº 2º da LTP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho,

2) Caracterização das carreiras gerais nos termos do n.º 2 do artigo 88.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho,

H = Necessárias;

LP=Lugares Preenchidos;



Atribuições	Competências/Atribuições *	Unidade Orgânica/Serviço	Carreiras/Carreiras/Categorias						Área de formação académica e/ou profissional	Total de Postos de Trabalho	Observações
			Chefe Civil/lo (CD)	Diretor/a Internadicia do 3º Grau(DI)	Técnico Superior(TS)	Coordenador Técnico (CT)	Assistente Técnico (AT)	Encarregado Geral Operacional (EGO)	Assistente Operacional (AO)		
obrigatoriamente, implementados no SIG para apoio às deliberações e decisões de gestão municipal; Coordenar, gradualmente, junto de cada serviço, competências de utilizador em ambiente SIG que fundamentam na dependência técnica e hierárquica dos respetivos dirigentes, sem prejuízo da gestão centralizada do SIG municipal, designadamente ao nível da definição das estruturas de dados, da validação, acesso e segurança da informação e dos procedimentos de exploração.	Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretrizes bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação das funções, de apoio administrativo no âmbito das competências definidas no Planeamento Estratégico;	Serviços de Planeamento Estratégico								12º Ano (Grau de complexidade 2)	
1)											Licenciatura em Geografia 0 1

LEGENDA:

- 1) Atribuições de acordo com o veredito na Constituição da República Portuguesa (arts 235º e sc) em conjugação com o disposto nos arts 32º e ss da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e ss disposições do artº 2º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.
- 2) Caracterização das carreiras gerais nos termos do n.º 2 do artigo 88.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

N - Necessidades;

L=Locais Provenientes;

Atribuição	Competências/Atribuições ¹⁾	Unidade Organizativa/Serviço	Carreiras / Carreiras/Catálogos										Área de formação académica e/ou profissional	Total de Postos de Trabalho	Observações	
			Chefe Divisão (CD)	Divisão Intermédia de 3º Grau(01)	Técnico Superior(TS)	Coordenador Técnico (CT)	Assistente Técnico (AT)	Incarregado Geral Operacional (IGO)	Incarregado Operacional (EO)	Assistente Operacional (AO)	Careira/Scholastica/Horizontais					
1)	Serviço de Ponteira. Solicitar identificação a todos os que saibem entrar no parque, caminhos e ruas campestres. Verificar em cartões de identificação do respeito dos campistas, das Colectividades e Eventos. Reportar à reunião todas as situações anómalias de que se suspeite ou que lhe sejam transmitidas.	Serviços de Apoio à Colectividades e Eventos											1	1	Escolaridade Obrigatória (Grau de complexidade 1)	0 1

LEGENDA:
1) Atribuições de acordo com o vertido na Constituição da República Portuguesa (arts 235º e ss) em conjugação com o disposto na artº 32º e ss da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e as disposições do artº 2º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

2) Caracterização das carreiras gerais nos termos do n.º 2 do artigo 86.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.
N - Necesidades;
L - Lugares Preenchidos;



LEONOR VIEIRA
Lugar Preenchido





Atribuições	Competências / Atividades ex.	Unidade Orgânica/Serviço	Entidades/Entornos / Competências						Área de formação académica e/ou profissional	Total de Projetos de Trabalho	Observações
			Chefe Divisão (CD)	Direção Intermediária de 3º Grau(DI)	Técnico Superior(TS)	Coordenador Técnico (CT)	Assistente Técnico (AT)	Encarregado Operacional (EO)	Assistente Operacional (AO)		
Desenvolvimento da ação relacional com a habitação social e acompanhamento das famílias residentes na Unidade de Serviços, bem como agir no âmbito da Ação Social, nomeadamente: Acompanhamento social das famílias residentes nos contextos habitacionais situados na frequência de encalhamentos, situações de abandono, violência doméstica, encalhamentos, desalojo de conflitos); Elaboração de instrumentos e parcerias diversos, nomeadamente duas a previsão de renda, atração de inhabitanças, transferências de habitação, entre outras; Implementação das iniciativas morais relativistas à situação das pessoas em vigor nas complexas habitações manutidas, nomeadamente: elaboração de estudos socioeconómicos sempre que necessário / necessários; Gestão mensal do encalhamento no pagamento das rendas; Elaboração de propostas para atribuição das freguesias municipais vagas; Elaboração de propostas destinadas à reabilitação dos bairros de ocupação / combate ao arrendamento, sempre que necessário; Articulação com outras unidades orgânicas na resolução de problemas levantados às questões da gestão da habitação social (nomeadamente obras municipais, jardins, parques, ruas, entre outros); Elaboração e apoio na instalação de cidadãos; Atribuição/Encaminhamento das diversas situações presentes em termos de risco social; Colaboração com autoridades de administração judiciária e de execução punitiva para atração de candidatos nos concursos habitacionais municipais; Implementação e monitorização dos processos habitacionais dos residentes nos complexos habitacionais municipais; Apresentação de propostas de melhoria nos procedimentos e atividades em curso nos SAE(S) Apresentação de propostas de ação com entidades comunitárias; Articulação com entidades sociais;	1)	Licenciatura Serviço Social (Grau de compleição 3)	0	1							
Realização dos serviços sociais habitacionais programados no Município de Espinho (núcleo munícipal, elaboração de informação); Sensibilização para o cumprimento do Regulamento de Habitação Social do Município de Espinho; Apoio às diversas atividades e desenvolver pelos SAE(S) e pelo DNO/HM Ámbito da gestão da paisagem da habitação social;	2)	12º Ano (Grau de Compleição 2)	2	0	2 Necessidades permanentes						

- ESTABILDA:** Artigo 1º) Constituição da teoria com o vencimento na Constituição da República Portuguesa (artsº 23.º e ss.) em conjugação com o disposto nos artsº 30º e ss. da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e as disposições do artº 29 da LTFP, implementada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Atribuição	Competência / Atividade(s)	Unidade Organizativa / Serviço	Centro / Centrozal / Centrozais / Centrozais						Área de formação académica e/ou profissional	Total de Postos de Trabalho	Observações	
			Chief Divisão (CD)	Divisão Internado de 3º Grau(DI)	Técnico Superior(TS)	Contendente Técnico (CT)	Assistente Técnico (AT)	Encarregado Operacional (EO)	Assistente Operacional (AO)			
	Catáboração na elaboração do Plano de Atividades; Apoio à eventos do Fórum da Arte e Cultura de Espinho; Serviço de receção; Coordenação de serviço de vigilância e guarda; Montagem de exposições; Serviço de vigilância.					1				12º Ano (Grau de complexidade 2);	0	1
	Trabalhos de escavação na Estação Arqueológica do Castro de Ovil; Limpeza e manutenção da Estação Arqueológica do Castro de Ovil; Inventariação, conservação e restauro de materiais arqueológicos; Montagem e desmontagem das exposições; Serviço de restauração do Museu Municipal; Elaboração de materiais didáticos para o setor educativo; Serviço de receção; Serviço de eventos do Fórum de Arte e Cultura; Inserção de dados no programa GISA.					1				12º Ano (Grau de complexidade 2);	0	1
	Apoio ao serviço de eventos do Museu e do Fórum; Serviço de Vigilância e Guardaria; Apoio ao serviço de receção.					1				12º Ano (Grau de complexidade 2);	0	1
	Programação museológica da Estação Arqueológica do Museu; montagem de exposições; Serviço de eventos do Fórum de Arte e Cultura; visitas guidadas; serviço de inventariação, conservação, restauração do Museu Municipal; Serviço de design a composição digital; serviço de investigação na área do património histórico; elaboração de textos para exposições; elaboração de regulamento do Museu Municipal; participação técnica na área da gastronomia histórica.				1				12º Ano (Grau de complexidade 2);	0	3	
	Serviços de Cultura e Museologia									Licenciatura em Ciências Históricas, ramo do Património, Mestrado em Museologia (Grau de complexidade 3)	1	0
	Gestão e arquitetura de sistemas de informação (modelar e desenvolver a arquitetura e acompanhar e implementar os sistemas e tecnologias da informação); Definir e desenvolver as medidas necessárias à segurança e integridade da informação; Realizar os estudos de suporte às decisões de implementação dos processos e sistemas informáticos). Infra-estruturas tecnológicas (planar e desenvolver projectos de infra-estruturas tecnológicas); Assegurar a aplicação dos mecanismos de segurança, confidencialidade e integridade da informação; Colaborar na formulação e prestar apoio aos utilizadores na operação dos sistemas aplicacionais). Gestão de Sistemas de Contabilidade Documentado. Comunicação em educação e tecnologias digitais para a formação de fundadores e professores da Rede de Bibliotecas.				1				Licenciatura em Engenharia Multimédia; Pós-Graduação em Educação e Tecnologias Digitais (Grau de complexidade 3)	1	0	
	Coordenação de projectos culturais; investigação em história local e patrimonial; produção de exposições documentais e multimédia; criação de suportes didáticos para plataformas de informação digital; trabalho na base de dados do Instituto Nacional do Património; apoio ao processo de integração na Rete Portuguesa de Museus.					1				Licenciatura em Línguas, Literaturas e Culturas - Estudos Português - Variante Histórica / História (Grau de complexidade 3)	1	0

LEGENDA:

- 1) Autorizações de acordo com o veredito na Constituição da República Portuguesa (arts 235º e ss) em conjugação com o disposto nos arts 32º e ss da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e as disposições do artº 2º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;
- 2) Carteiração das carreiras gerais nos termos do n.º 2 do artigo 68.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

N = Necesidades

LP= Lugarines Preenchidos



Unidade Orgânica	Chefe Divisão (CD)	Direção Intermédia de 3º Grau (DI)	Técnico Superior (TS)	Coordenador Técnico (CT)	Assistente Técnico (AT)	Encarregado Geral Operacional (EGO)	Encarregado Operacional (EO)	Assistente Operacional (AO)	Correia Subsistente / Nomeados	Total de Postos de Trabalho			
										N	LP	N	LP
GAPV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
DGAFT	1	1	0	0	10	17	1	5	2	28	0	0	0
DGRH	0	1	0	0	1	4	0	1	0	0	0	0	10
DSBA	1	1	0	0	0	2	0	1	0	6	0	4	5
DOM	1	1	0	0	2	4	0	0	4	0	0	1	1
DO	0	1	0	0	1	13	0	0	12	0	0	2	1
DEJ	0	1	0	0	2	1	0	1	4	32	0	2	2
DOPL	0	0	1	1	0	4	0	0	0	5	0	0	0
SMV	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0
SPE	0	0	0	0	4	5	0	0	2	0	0	0	0
SACE	0	0	0	0	0	1	0	0	3	2	0	0	0
SASIS	0	0	0	0	1	7	0	0	2	3	0	0	0
SCM	0	0	0	0	4	5	0	3	0	18	0	0	6
TOTAL	3	6	1	1	295	64	1	11	11	322	0	7	10
										311	3	14	311
										10	65	10	65
													535



Mapa Anexo ao Mapa de Pessoal

Mapa de Trabalhadores em Comissão de Serviço para o exercício de Cargos Dirigentes		
Cargo/Carreira/categoría	N.º Posto Trabalho	Observações
Técnico Superior	7	Em regime de comissão de serviço (cargos dirigentes)

Mapa de Trabalhadores Cedidos a entidades sindicais		
Cargo/Carreira/categoría	N.º Posto Trabalho	Observações
Assistente Técnico	1	Cedido

Mapa de Trabalhadores em Licença Sem Vencimento		
Cargo/Carreira/categoría	N.º Posto Trabalho	Observações
Assistente Operacional	5	Licença Sem Vencimento

Mapa de Trabalhadores Nomeados em Comissão de Serviço		
Cargo/Carreira/categoría	N.º Posto Trabalho	Observações
Assistente Técnico	1	Em Comissão de Serviço

Mapa de Trabalhadores em Mobilidade Intercarreiras ou Categorias		
Cargo/Carreira/categoría	N.º Posto Trabalho	Observações
Assistente Técnico	5	Em Mobilidade
Assistente Operacional	11	Em Mobilidade

Mapa Nominal Anexo ao Mapa de Pessoal

Mapa de Trabalhadores em Comitê de Serviço para o exercício de Cargos Dirigentes		
Cargo/Carrera/categoría	N.º Posto Trabalho	Observações
Técnico Superior	7	Em regime de comitê de serviço (cargos dirigentes)
JOSE MANUEL SOARES COSTA		DGPD
ALVAREZ ANTONIO DAS NEVES DUARTE		DOM
SANDRA FERREIRA ALMEIDA		DPE
PEDRO MIGUEL MARTINS SILVA ALMEIDA		DGRM
ANA MARIA DA FONSECA ALVES DE FREIRE LOUREIRO		GAC
SILVANA MANUEL LOMBOERO TEIXEIRA		DEI
JORGE ANTÓNIO FIGUEIREDO FREIRE		DO

Mapa de Trabalhadores Cedidos a entidades sindicais		
Cargo/Carrera/categoría	N.º Posto Trabalho	Observações
Assistente Técnico	1	Cedido
MARIA ADELAIDE FERREIRA S. O. CASTRO TAVIRA COSO		DEI

Mapa de Trabalhadores em Licença Sem Vencimento		
Cargo/Carrera/categoría	N.º Posto Trabalho	Observações
Assistente Operacional	5	Licença Sem Vencimento
Maria Adelina Rodrigues Silva Pinto Valeira		DS4
Maria Irene Pintó Nogueira Ribeiro		DE
Maria Peninha Soares		DEI
Juliano António Soeiro		DEI
Maria José Da Costa Nunes		DEI

Mapa de Trabalhadores Nomeados em Comitê de Serviço		
Cargo/Carrera/categoría	N.º Posto Trabalho	Observações
Assistente Técnico	1	Em Comitê de Serviço
ANA MARIA CASAL JUBERIO PIRES COSTA		GAPV

Mapa de Trabalhadores em Mobilidade Intercarreiras ou Categórias		
Cargo/Carrera/categoría	N.º Posto Trabalho	Observações
Assistente Técnico	5	Em Mobilidade
CLOTHILDE SILVA SABERNA M. GOMES		DGRDM
JOSÉ MANUEL OLIVEIRA SOARES		DGRDM
HELENA MANUEL GONCALVES S. COSTA		DGRDM
SANDRA CRISTINA S. TEIXEIRA PINHO		DSAF
JOANA PATRÍCIA TORRES ALVES		DSAF
Assistente Operacional	11	Em Mobilidade
PAULA MARIA TEIXEIRA C. NEIVA		DEI
PALOMA DIAS COSTA MORGADO		DEI
RUI MARTINHO GOMES P. TATO SILVA		DSRA
EDUARDO SILVA ALMEIDA		DSBA
LUIS ROCHA PEREIRA		DSBA
MARCELO PAULO SILVA FERREIRA		DEI
MARIA MURDES R. CASTRO COLUTO		DEI
OTELIA M.F. RODRIGUES AMORIM CRUZ		DEI
SÔBIA PATRÍCIA ALVES COSTA DIAS		DEI
ADOLFO FONSECA MAGANHÃO		DSBA
VITÓRIO SILVA CASAL RIBEIRO		DSBA

Mapa de Trabalhadores do Município em Mobilidade Interna		
Cargo/Carrera/categoría	N.º Posto Trabalho	Observações
Assistente Operacional	0	Em Mobilidade

